

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 90004/SUB-IP/2026

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90004/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002081-7

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SUBPREFEITURA IPIRANGA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS MARQUES E SERRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO EDITAL.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 2.008.514,18 (dois milhões, oito mil, quinhentos e quatorze reais e dezoito centavos)

PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA: 120 (CENTO E VINTE DIAS)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

DATA DA SESSÃO PÚBLICA DIA: 23/06/2026 ÀS 10:00H (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

LOCAL: SUBPREFEITURA IPIRANGA, LOCALIZADO NA R. LINO COUTINHO, 444 – IPIRANGA - SÃO PAULO - SP, 04207-000.

ÍNDICE

PREÂMBULO

- 1. OBJETO**
- 2. DO VALOR ESTIMADO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
- 3. PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA**
- 4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
- 5. CREDENCIAMENTO**
- 6. GARANTIA DA PROPOSTA**
- 7. VISTORIA**
- 8. INVERSÃO DE FASES**
- 9. HABILITAÇÃO**
- 10. PROPOSTA**
- 11. LANCES E NEGOCIAÇÃO**
- 12. FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**
- 13. RECURSOS ADMINISTRATIVOS**
- 14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**
- 15. CONTRATAÇÃO**
- 16. GARANTIA CONTRATUAL**
- 17. PENALIDADES**
- 18. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**
- 19. DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 20. ANEXOS DO EDITAL**

PREÂMBULO

A **SUBPREFEITURA IPIRANGA** e a Comissão Permanente de Licitação, designada pela Autoridade Competente, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 6039.2026/0002081-7, tornam público que realizarão licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **PRESENCIAL**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**, do **Decreto Municipal nº 62.100/2022**, da **Portaria SIURB nº 016/2023** e demais normas aplicáveis, observadas as condições estabelecidas neste Edital.

A adoção da forma presencial observa o disposto no art. 17, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Portaria SIURB nº 016/2023, considerando a necessidade de análise detalhada da documentação técnica, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, composições de custos e demais elementos relacionados à execução da obra, visando maior segurança procedimental e adequada condução da sessão pública.

A sessão pública será realizada:

DATA: 23/06/2026

HORÁRIO DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 09h30min – horário de Brasília/DF.

HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: 10h00min – horário de Brasília/DF.

**LOCAL: SUBPREFEITURA IPIRANGA, LOCALIZADO NA R. LINO COUTINHO, 444 – IPIRANGA
SÃO PAULO - SP, 04207-000.**

1. OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS MARQUES E SERRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO EDITAL**, independentemente de transcrição.

1.2 O prazo para execução do presente objeto é de **120 (CENTO E VINTE DIAS)**, contados a partir da data indicada na Ordem de Início.

2. DO VALOR ESTIMADO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 As despesas decorrentes da execução dos serviços e obras objeto do contrato oriundo desta licitação onerarão a dotação orçamentária nº

16.10.12.365.4028.3.362.4.4.90.51.00.00.1.500.0003.0, do orçamento vigente, observado se for o caso, o princípio da anualidade.

2.2 O valor global máximo estimado da presente contratação importa em **R\$ 2.008.514,18 (dois milhões, oito mil, quinhentos e quatorze reais e dezoito centavos)**

2.3 O valor máximo unitário estimado por item é aquele disposto na Planilha Orçamentária Referencial – **Anexo II**, parte integrante deste edital.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA

3.1 Poderão participar da presente concorrência empresas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, deste Edital e de seus anexos.

3.2 DA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

3.2.1 Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que o objeto possui execução plenamente compatível com a capacidade operacional de empresas atuantes individualmente no mercado regional, inexistindo complexidade extraordinária ou dimensão que justifique a conjugação de capacidades empresariais.

3.2.2 A vedação busca preservar a competitividade do certame, simplificar a gestão contratual e otimizar a fiscalização da execução do objeto.

3.2.3 A vedação não compromete a competitividade do certame, tendo em vista a existência de empresas aptas a executar o objeto de forma individual, com capacidade técnica e econômico-financeira compatível com as exigências estabelecidas neste Edital.

3.2.4 A Administração entende que a admissão de consórcios, no presente caso, não traria ganho técnico ou econômico relevante à contratação, podendo inclusive acarretar maior complexidade na gestão e fiscalização contratual.

3.3 DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

3.3.1 Não será permitida a participação de cooperativas, nos termos do art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão da natureza do objeto, que demanda responsabilidade técnica direta da contratada, coordenação operacional contínua, padronização executiva e assunção integral dos riscos inerentes à execução da obra e dos serviços de engenharia.

3.4 DA SUBCONTRATAÇÃO

3.4.1 É admitida a subcontratação parcial do objeto, nos termos do art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.4.2 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação.

3.4.3 A subcontratação fica limitada a 30% (trinta por cento) do valor total da contratação.

3.4.4 O contrato estabelecerá as demais regras e condições aplicáveis à subcontratação, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pela execução do objeto perante a Administração.

3.5 NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO:

3.5.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e de seus anexos;

3.5.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3 Empresa, isoladamente, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado;

3.5.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou gestão do contrato;

3.5.6 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.7 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

3.5.8 Cooperativas, em razão da natureza do objeto e da necessidade de responsabilidade técnica direta e contínua na execução dos serviços de engenharia;

3.6 O impedimento de que trata o item 3.5.4 também será aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção aplicada, inclusive sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovada fraude ou abuso da personalidade jurídica.

3.7 O disposto nos itens 3.5.2 e 3.5.3 não impede a licitação ou contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto executivo, nos casos legalmente admitidos.

3.8 A participação nesta concorrência implica pleno conhecimento e aceitação das condições estabelecidas neste Edital, em seus anexos e na legislação aplicável.

4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 A licitação será processada e julgada pela Comissão Permanente de Licitação – CPL, instituída pela Portaria nº 02/SUB-IP/2026.

4.2 A presente licitação adotará a inversão de fases, nos termos do art. 17, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme item 08 deste edital.

4.3 A documentação deverá ser apresentada em 02 (dois) envelopes opacos, fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa:

- I. identificação da licitante;
- II. número da licitação;
- III. objeto da licitação;
- IV. identificação do respectivo envelope.

4.4 O Envelope nº 01 deverá conter os documentos de habilitação, conforme item 9 deste Edital.

4.5 O Envelope nº 02 deverá conter a proposta comercial, conforme item 10 deste Edital.

4.6 Os documentos deverão estar rubricados e numerados sequencialmente, preferencialmente acondicionados em pasta com dois furos.

4.7 As empresas interessadas deverão apresentar, fora dos envelopes:

4.7.1 Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, conforme Anexo V;

4.7.2 Facultativamente, carta de credenciamento do representante legal, conforme Anexo VI;

4.7.3 Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, quando aplicável.

4.8 Os envelopes deverão ser entregues na Coordenadoria de Administração e Finanças da Subprefeitura Ipiranga, situada na Rua Lino Coutinho, nº 444, Ipiranga, São Paulo/SP, até às 09h30min do dia **23/06/2026**.

4.9 A sessão pública terá início às 10h00 do mesmo dia e local indicados no preâmbulo deste edital.

4.10 Encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, será iniciada a sessão pública com a abertura do **Envelope nº 01 – HABILITAÇÃO**, em razão da adoção da inversão de fases prevista no art. 17, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.11 Após análise da documentação de habilitação e superadas as fases recursais, será procedida a abertura do Envelope nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL das licitantes habilitadas.

4.12 A presente licitação adotará o modo de disputa aberto.

4.13 A entrega da documentação implicará plena aceitação, pela licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

5. CREDENCIAMENTO

5.1 Na sessão de abertura da licitação, que se realizará no local dia e hora estabelecidos no preâmbulo deste Edital, as empresas participantes poderão se fazer representar por credenciamento, podendo ser:

A) diretamente por um diretor ou um de seus sócios, apresentando cópia reprográfica autenticada do respectivo Contrato Social e da Ata de eleição da diretoria.

B) indiretamente por meio de procuração ou de Carta de Credenciamento específica (**Anexo VI**), que deverá haver menção expressa de outorga de poderes amplos, inclusive para dar lances, receber intimação e interpor ou desistir de recursos. O presente

documento deverá conter a identificação clara do subscritor, com firma reconhecida ou firmada por 2 (duas) testemunhas devidamente qualificadas (nome, R.G. e endereço) e estar acompanhada do respectivo Contrato Social e Ata de eleição da diretoria, ambos em cópia reprográfica autenticada.

5.2 Os contratos sociais, procurações ou cartas credenciais, respectivamente, deverão ser apresentados à Comissão Permanente de Licitação, no ato da entrega do envelope, juntamente com um documento de identificação com foto, para a devida conferência.

5.3 Durante os trabalhos das sessões públicas do presente certame, somente será permitida a manifestação oral ou escrita de credenciados das licitantes participantes, que constará em ata, cabendo recursos quanto a seus efeitos, não sendo permitidas refutações orais.

6. GARANTIA DA PROPOSTA

6.1 A prestação da garantia de proposta, prevista no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, deverá observar o disposto na Portaria SF nº 76/2019, na Portaria SF nº 338/2021, alterada pelas Portarias SF nº 268/2024 e SF nº 08/2025.

6.2 O valor da garantia da proposta corresponderá a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, equivalente a R\$ 20.085,58 (vinte mil, oitenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos).

6.3 A garantia da proposta poderá ser prestada nas modalidades previstas no §1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.4 Para garantia em dinheiro a empresa licitante deverá atentar-se aos procedimentos contidos da Portaria SF nº 76/2019, bem como item 2 do Anexo IX da mesma.

6.5 A garantia para licitar deverá ser apresentada juntamente com a Proposta Comercial, Planilha de Composição de Custos e demais documentos constantes do ENVELOPE Nº 02.

6.6 A garantia não poderá possuir validade inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de abertura do certame.

6.7 A Comissão Permanente de Licitação não se responsabilizará por informações prestadas erroneamente pelas licitantes na garantia apresentada.

6.8 A garantia será devolvida aos licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, revogação, anulação ou declaração de fracasso da licitação, conforme disposto no §2º do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.9 Somente será válida e aceita a garantia que, após análise, tenha seus documentos comprobatórios validados, observados os itens de conformidade e orientações constantes do Anexo IX, bem como os demais critérios previstos na Portaria SF nº 76/2019, alterada pela Portaria SF nº 08/2025.

6.10 A garantia apresentada deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

6.10.1 Nome da empresa, CNPJ, endereço completo, município, telefone para contato, número do processo administrativo da licitação, número da Concorrência Pública nº 90004/SUB-IP/2026, valor da garantia, objeto da licitação e validade mínima de 90 (noventa) dias contados da data de abertura da sessão pública.

7. VISTORIA

7.1 Considerando as características do objeto e a necessidade de assegurar a adequada elaboração das propostas, será facultada aos licitantes a realização de vistoria técnica no local de execução dos serviços.

7.2 A vistoria tem por finalidade possibilitar aos interessados o conhecimento das condições reais do local, permitindo a identificação de aspectos que possam influenciar a execução da obra, tais como acessos, interferências, condições do entorno, restrições operacionais, logística de materiais e equipamentos e demais particularidades relevantes para a formação dos preços e planejamento dos serviços.

7.3 A vistoria, quando realizada, deverá ser efetuada pelo responsável técnico da empresa, devidamente habilitado, garantindo que a avaliação das condições locais seja realizada por profissional com capacidade técnica para analisar os elementos necessários à execução do objeto.

7.4 A realização da vistoria é facultativa. Entretanto, o licitante deverá manifestar formalmente sua opção mediante apresentação da Declaração de Vistoria Técnica ou do Termo de Ausência de Vistoria Técnica, conforme modelos constantes dos anexos deste Edital, ambos assinados pelo responsável técnico da empresa.

7.5 O licitante que optar por não realizar a vistoria declara possuir pleno conhecimento das condições de execução dos serviços, assumindo integral responsabilidade pela elaboração de sua proposta, não podendo alegar posteriormente desconhecimento das condições do local para justificar erros de orçamento, pleitos de acréscimos, reequilíbrio econômico-financeiro ou prorrogações de prazo.

7.6 A Declaração de Vistoria Técnica ou o Termo de Ausência de Vistoria Técnica deverão ser protocolados até 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão pública de abertura do certame, junto à Supervisão de Projetos e Obras da Subprefeitura Ipiranga.

7.7 O não protocolo da Declaração de Vistoria Técnica ou do Termo de Ausência de Vistoria Técnica implicará na inabilitação da licitante.

7.8 A exigência de manifestação formal do licitante busca conferir maior segurança ao procedimento licitatório, assegurar a adequada formação das propostas e reduzir riscos durante a execução contratual, em observância aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e interesse público.

8. INVERSÃO DE FASES

8.1 Para o presente certame será adotada a inversão de fases, nos termos do art. 17, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, de modo que a fase de habilitação antecederá a fase de julgamento das propostas.

8.2 A adoção da inversão de fases justifica-se pela natureza técnica do objeto, pela necessidade de prévia verificação da capacidade técnica, operacional e econômico-financeira das licitantes e pela mitigação de riscos relacionados à futura execução contratual.

9. HABILITAÇÃO – ENVELOPE 01

9.1 O ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO, devidamente identificado, deverá conter:

9.2 Prova de **HABILITAÇÃO JURÍDICA**, por meio dos seguintes documentos:

A) Registro Comercial, no caso de empresa individual;

B) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, e alterações subsequentes, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

B.1) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

B.2) Arquivamento na Junta Comercial da publicação oficial das Atas de Assembleias Gerais, que tenham aprovado ou alterado os estatutos em vigor, no caso de sociedades por ações, bem como Ata da Assembleia da última eleição de Diretoria;

C) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.3 Prova de **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**, por meio dos seguintes documentos:

A) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

B) Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

B.1) Os interessados com sede em outro Município que tenham filial no Município de São Paulo deverão, também, comprovar inscrição no cadastro de contribuintes deste Município.

C) Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com prazo de validade em vigor, sendo aceito documento extraído via INTERNET.

D) Prova de inexistência de Débitos Trabalhistas, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

E) Regularidade para com a Fazenda Nacional e situação de regularidade perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que deverão ser comprovadas mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e à Seguridade Social (CND).

F) Regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal da sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e quanto aos tributos relacionados com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de certidão expedida pelo órgão competente.

G) Regularidade perante a Fazenda Municipal de São Paulo, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos de Tributos Mobiliários.

G.1) Na hipótese de não estar cadastrado como contribuinte neste Município, o licitante com sede fora do Município de São Paulo deverá apresentar declaração firmada pelo representante legal da empresa, sob as penas da Lei, de não cadastramento e de inexistência de débitos perante a Fazenda do Município de São Paulo relativamente aos tributos relacionados com a prestação licitada, conforme Anexo IX.

9.3.1 Poderão ser aceitas certidões positivas com efeito de negativas ou cujos débitos estejam judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa por decisão judicial, conforme parágrafo único do art. 50 do Decreto nº 62.100/2022.

9.4 Prova de QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, por meio dos seguintes documentos:

A) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 30 (trinta) dias anteriores à data da abertura da sessão, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;

B) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

b.1) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

b.2) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

C) Apresentar declaração de Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Índice de Solvência Geral (ISG): superiores a 1 (um), conforme **Anexo XI**, comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

1) Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante);

2) Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

3) Índice de Solvência Geral (ISG): (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

c.1) A declaração deverá ser assinada por profissional habilitado da área contábil, conforme § 1º, do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

D) Patrimônio Líquido com valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor do orçamento referencial.

9.5 Prova de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, por meio dos seguintes documentos:

9.5.1 EMPRESA

A) CERTIDÃO atualizada de Registro de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA/CONFEA e/ou Conselho competente, com prazo de validade em vigor;

B) Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado e regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, com as seguintes características mínimas:

ITEM	QUANT.	UN
DISPOSIÇÃO FINAL DE SOLOS E RESÍDUOS, CLASSE II B – INERTES/NÃO INERTES, EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO	450	TON
MURO DE ARRIMO H=1,40 M, COM DRENAGEM	70	M
GRADIL DE FERRO PERFILADO	114	M ²
FORMA EM MADEIRA COMUM PARA ESTRUTURA	418	M ²
ESCORAMENTO PARA GALERIA MOLDADAS, UTILIZANDO PERFIS METÁLICOS, COM REAPROVEITAMENTO – PROFUNDIDADE ≤ 4M, COM BOCA DE 3 A 5 M	226	M ²
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAISAGISMO, CONTENDO TERRA PARA PLANTIO, GRAMA E MUDAS DE FORRAÇÕES	QUALITATIVO	—

C) Será admitido o somatório de atestados para comprovação dos quantitativos mínimos exigidos da LICITANTE e relativos à sua capacidade técnico-operacional para OS SERVIÇOS EXECUTADOS.

9.5.2 PROFISSIONAL

A) Apresentação de profissionais de nível superior, Engenheiro e/ou Arquiteto, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação, comprovando a experiência na execução dos serviços de maior relevância, definidos abaixo:

ITEM
DISPOSIÇÃO FINAL DE SOLOS E RESÍDUOS, CLASSE II B – INERTES/NÃO INERTES, EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO
MURO DE ARRIMO H=1,40 M, COM DRENAGEM
GRADIL DE FERRO PERFILADO
FORMA EM MADEIRA COMUM PARA ESTRUTURA
ESCORAMENTO PARA GALERIA MOLDADAS, UTILIZANDO PERFIS METÁLICOS, COM REAPROVEITAMENTO – PROFUNDIDADE ≤ 4M, COM BOCA DE 3 A 5 M
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAISAGISMO, CONTENDO TERRA PARA PLANTIO, GRAMA E MUDAS DE FORRAÇÕES

- B)** O(s) profissional(is) indicado(s) no item anterior deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

9.5.3 DECLARAÇÕES

9.5.3.1 Para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;

9.5.3.2 Que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditício, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

9.5.3.3 Que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.

9.5.3.4 Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas formas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

9.5.3.5 Que estão cientes das normativas previstas no art. 45 da Lei nº 14.133/2021.

9.5.3.6 Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

9.5.3.7 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.

9.5.3.8 Que na composição societária não existe participação de dirigente e/ou empregados da entidade promotora da licitação.

9.5.3.9 Que os profissionais vinculados a ela não participaram e não possuem responsabilidade pela elaboração dos projetos;

9.5.3.10 Que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual.

9.5.3.11 Declaração que atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho.

9.5.4 Os documentos emitidos via Internet ficarão sujeitos à diligência a ser efetuada pela Comissão Permanente de Licitações, com o propósito da verificação da autenticidade das informações neles contidas.

9.5.5 A falta de data ou assinaturas nas declarações elaboradas pela própria licitante e na proposta poderá ser igualmente suprida pelo representante legal presente à sessão de abertura e julgamento se comprovadamente possuir poderes para esse fim.

9.5.6 A documentação exigida poderá ser apresentada no original, por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada e/ou por publicação em órgão da imprensa oficial, sendo que nenhum documento será autenticado pela Comissão Permanente de Licitação.

9.5.7 Os documentos deverão estar com sua validade em vigor na data da abertura da sessão.

9.5.8 Toda e qualquer declaração emitida pela empresa deverá estar em papel timbrado da licitante, sendo a mesma datada e assinada por seu(s) representante(s) legal(is), devidamente qualificado(s).

9.5.9 Os documentos cujo prazo de validade não esteja especificado neste Edital ou em lei, terão validade de 90 (noventa) dias da data de sua expedição.

9.5.10 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes.

10. PROPOSTA – ENVELOPE 02

10.1 As licitantes deverão apresentar, obrigatoriamente, o ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL, devidamente identificado, contendo:

A) Proposta Comercial, contendo em reais, em algarismos e por extenso, utilizando como data-base janeiro/2026, conforme Tabela SIURB utilizada no orçamento referencial;

B) Planilha de Preços Propostos, onde deverá constar os custos unitários e subtotais, correspondentes aos itens do orçamento referencial.

C) Demonstrativos das composições da(s) Taxa(s) de BDI proposta(s), em forma de porcentagem, apresentado com duas casas decimais, a ser aplicada sobre o custo global da Planilha de Preços Propostos.

D) Cronograma físico-financeiro, observando-se o prazo estabelecido no Edital e seus anexos;

E) Garantia da Proposta e Comprovante de Recolhimento da Garantia da Proposta, conforme cláusula 6.

10.2 Declaração de enquadramento de EPP, se for o caso - preferencialmente fora do envelope.

10.3 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

10.4 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

10.5 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

11. DOS LANCES E NEGOCIAÇÃO

11.1 Iniciada a sessão pública a Comissão Permanente de Licitação procederá à classificação das propostas, em ordem crescente dos preços ofertados e informará as empresas que estão aptas a usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06.

11.2 Após a devida classificação, a Agente de Contratação e Equipe de Apoio procederá com o início da fase de lances, com os licitantes presentes, que terá duração máxima de 10 (dez) minutos, a contar da autorização do agente de contratação designado para este ato, podendo ser prorrogado enquanto houver disputa de preço.

11.2.1 Os licitantes presentes não serão obrigados a participar da fase de lances.

11.2.2 Caso a licitante não apresente lances ou esteja ausente na sessão pública, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.3 O lance deverá ser público e ofertado pelo valor global da proposta, devendo ser registrado em ata da sessão pública.

11.4 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado, conforme item 11.2.

11.5 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado, observando o intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

11.5.1 O intervalo mínimo entre os lances deverá corresponder a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor estimado da contratação.

11.6 Após o término do prazo estabelecido no item 10.2 e divulgado os lances segundo a ordem crescente de valores, a Comissão Permanente de Licitação realizará a negociação com a licitante melhor classificada, conforme art. 48 do Decreto nº 62.100/2022.

11.7 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate, previsto no artigo 60 da Lei 14.133/2021.

11.8 Terminadas as fases de lances e negociação, caso haja alteração nos valores das propostas inicialmente apresentadas, a licitante melhor classificada deverá apresentar proposta comercial atualizada, planilha orçamentária atualizada e cronograma físico-financeiro atualizado, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, permanecendo válidos os demais documentos já apresentados.

11.8.1 Caso a licitante venha a solicitar prorrogação de prazo para entrega da documentação, caberá a Comissão Permanente de Licitação aceitar ou não as motivações apresentadas pela licitante.

11.8.2 Caso a Comissão Permanente de Licitação venha a aceitar as motivações apresentadas pela licitante, o prazo e poderá ser prorrogado uma única vez por igual período.

12. FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1 Encerrada a etapa de negociação, a Comissão Permanente de Licitação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende as condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e no item 3.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta ao:

A) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

B) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

C) Portal de Sanções Administrativas, no endereço eletrônico https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui.aspx/sancoes.aspx;

D) Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos_e_servicos/empresas_punidas/index.php?p=9255;

E) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>.

12.2 PROPOSTA DE PREÇO

12.2.1 Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do menor preço global, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e em seus anexos quanto ao objeto.

12.2.2 A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

12.2.3 Será desclassificada a proposta que:

A) apresentar rasuras, emendas, vícios ou inconsistências que comprometam a compreensão do conteúdo da proposta;

B) apresentar valor unitário e/ou global dos serviços e/ou materiais superior ao orçado pela SUB-IP.

C) apresentar quantitativo ou item de serviços e/ou materiais diversos ao apresentado nos Anexos.

D) não apresentarem preços/custos para todos os itens descritos na Planilha Orçamentária Referencial – SUB-IP.

E) apresentar BDI superior ao contido no Anexo, desde que comprovada que a compensação com os custos diretos demonstre preços inexequíveis ou superiores com os orçados pela Administração.

F) apresentar custos de mão de obra inferiores aos estabelecidos nas convenções coletivas de trabalho da categoria.

G) apresentar preços diversos para o mesmo tipo de insumo.

H) conter vícios insanáveis;

I) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

J) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

K) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

L) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital, desde que insanável.

12.2.4 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, caso julgue necessário.

12.2.5 Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, nos termos do art. 59, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não devidamente justificadas.

12.2.5.1 Na hipótese do item anterior, a Administração dará ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta antes de deliberar acerca de sua desclassificação.

12.2.5.2 Se o preço alcançado ensejar dúvidas quanto à sua exequibilidade, poderá a comissão determinar à licitante que demonstre a sua viabilidade, por meio de documentação complementar que comprove a capacidade da licitante em fornecer o objeto licitado pelo preço ofertado e nas condições propostas no Edital.

12.2.5.3 Constatada a inexequibilidade dos preços ofertados, nos termos do artigo 59, III e IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a proposta será desclassificada, podendo a conduta do licitante ser apurada na forma prevista no art. 148, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, caso também seja tipificada como ato lesivo pela Lei Federal nº 12.846, de 2013.

12.2.6 Em caso de incompatibilidade de algum valor unitário com os parâmetros da Administração, estes poderão ser negociados com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, sem possibilidade de majoração do preço final alcançado.

12.2.7 Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender à exigência estabelecida no presente edital, a comissão, desclassificará, motivadamente, a proposta e examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências.

12.2.8 Considerada aceitável a oferta de menor preço, a Comissão Permanente de Licitação procederá à adjudicação do objeto, observada a fase recursal.

13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, da habilitação ou inabilitação das licitantes, da anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 Na sessão pública que declarar a licitante vencedora, as licitantes:

A) **PRESENTES**, deverão expressar em momento oportuno, na própria sessão pública, sua intenção de apresentar recurso, sob pena de preclusão do direito de recorrer.

B) **AUSENTES**, deverão expressar, em até 1 (um) dia útil da publicação da ata Diário Oficial da Cidade de São Paulo, manifestação de intenção de recurso, sob pena de preclusão do direito de recorrer, através do e-mail: cplipiranga@smsub.prefeitura.sp.gov.br.

13.3 As razões do recurso deverão ser apresentadas, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da:

A) lavratura da ata, quando todas as licitantes estiverem presentes, ou;

B) na ausência de uma ou mais licitantes na sessão pública, o prazo será contado a partir da publicação da convocação em Diário Oficial da Cidade de São Paulo, se houver manifestação de intenção de recurso nos termos do subitem 12.2;

13.4 Os memoriais recursais deverão ser dirigidos à Comissão Permanente de Licitação no endereço **R. LINO COUTINHO, 444 – IPIRANGA - SÃO PAULO - SP, 04207-000**, podendo ser entregue em dias úteis das 09h às 16h.

13.5 Os demais licitantes, se desejarem, poderão apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da divulgação das razões recursais, no endereço contido no item 12.4.

13.6 Após o prazo de apresentação das razões e contrarrazões, quando for o caso, poderá a Comissão Permanente de Licitação reconsiderar sua decisão no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7 Será assegurado aos licitantes vistas dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, através do Portal de Processos da Prefeitura de São Paulo, conforme art. 48 da Portaria Conjunta nº 001/SMG/SMIT/2018.

13.8 Não serão aceitos recursos intempestivos ou direcionados para locais diferentes do contido no item 12.4.

13.9 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

13.10 O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, pela autoridade superior, que em seguida homologará o processo licitatório.

14.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DA CONTRATAÇÃO

15.1 Após a homologação da licitação, será firmado o contrato administrativo.

15.2 O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3 Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.3.1 Na hipótese de irregularidade, a adjudicatária deverá regularizar sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital.

15.4 Quando convocada a subscrever o contrato, a adjudicatária deverá apresentar:

15.4.1 Certidão atualizada de Registro de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA e/ou Conselho competente.

15.4.1.1 Caso a licitante vencedora da presente licitação esteja sediada em outro Estado, deverá providenciar, até a data da assinatura do Contrato, o visto do CREASP e/ou Conselho competente na Certidão de Registro de Pessoa Jurídica.

15.4.2 Documento comprobatório de garantia do contrato, que deverá ser prestada antes da lavratura do contrato.

15.4.3 Declaração com a indicação do responsável técnico pela execução do objeto do contrato, necessariamente o indicado na licitação e o preposto que o representará durante a execução dos trabalhos;

15.4.4 Declaração firmada sob as penas da lei, conforme previsto no artigo 5º do Decreto 50.977 de 06 de novembro de 2009 e no artigo 5º do Decreto nº 48.184, de 13 de março de 2007, do compromisso de utilização de produtos ou subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa, que tenham procedência legal, e de utilização de produtos de empreendimentos minerários que tenham procedência legal, conforme modelos constantes nos anexos.

15.4.5 Certidão comprobatória de regularidade, perante a Prefeitura do Município de São Paulo, referente aos tributos relacionados com a prestação licitada e comprovante de inscrição no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo.

15.4.6 Certidão comprobatória de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

15.4.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

15.4.8 Certidão Conjunta de Débitos, relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e à Seguridade Social – CND.

15.5 Os documentos acima citados deverão estar dentro do prazo de validade na data da assinatura do contrato.

15.6 Como condição à contratação, ainda, deverá restar comprovado que a empresa a ser contratada não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal de São Paulo – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, que disciplinam que a inclusão no CADIN impedirá a empresa de contratar com a Administração Municipal.

15.7 A Minuta do Contrato a ser firmado entre a Administração e a licitante vencedora, constitui parte integrante deste Edital – **ANEXO II**, sendo que nela encontram-se definidas e especificadas todas as regras e condições da contratação, inclusive, regras de medição, condições de pagamento dos serviços executados, critérios de reajuste, penalidades contratuais e condições de recebimento.

15.8 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou receber a nota de empenho, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1 Deverá ser prestada garantia contratual para contratar, antes da lavratura do termo contratual, no valor de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, que será prestada mediante depósito no Tesouro Municipal, com memorando a ser retirado na unidade contratante para este fim.

16.1.1 A garantia deverá possuir vigência mínima correspondente ao prazo de execução contratual acrescido de 150 (cento e cinquenta) dias.

16.2 Será exigida garantia contratual adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à

diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a legislação vigente.

16.3 A garantia contratual será prestada nas modalidades previstas no artigo 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

16.4 Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a contratada será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida.

16.5 O não cumprimento do disposto na cláusula supra, ensejará aplicação da penalidade.

16.6 A garantia exigida pela Administração poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, inclusive nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM, e/ou de multas aplicadas à empresa contratada.

16.7 A garantia contratual será devolvida após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento da Contratada, que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, condicionante de sua liberação, nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM.

16.8 A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no item 15.3.

17. PENALIDADES

17.1 São aplicáveis, as licitantes e contratada(as), as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/22.

17.2 As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

A) Comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,

B) Manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

17.3 Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho ou assinar o termo de contrato, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantida o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

A) Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;

B) Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura;

17.3.1 Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

17.4 À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não manter a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 17.3 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.

17.5 As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, previstas na Minuta do Contrato.

17.6 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras, quando cabíveis.

17.7 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à autoridade competente, e protocolizado nos dias úteis, das 10h às 13h e das 15h às 17h.

17.7.1 Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.

17.7.2 Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.

17.8 Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.9 São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.

18. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

18.1 ESCLARECIMENTO

18.1.1 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida à Comissão Permanente de Licitação, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico cpipiranga@smsub.prefeitura.sp.gov.br.

18.1.2 Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

18.2 IMPUGNAÇÃO

18.2.1 Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada junto à Comissão Permanente de Licitação no endereço Rua Lino Coutinho, 444 – Ipiranga – São Paulo- SP, podendo ser entregue em dias úteis das 09h às 16h.

18.2.2 No ato da apresentação da impugnação é obrigatório apresentar a cópia dos seguintes documentos:

A) Documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;

B) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

18.2.3 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas será designado nova data para a realização do certame.

18.2.4 A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.

18.2.5 Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e no Diário Oficial da Cidade de São Paulo para visualização dos interessados.

18.3 Caberá à Comissão Permanente de Licitações se manifestar motivadamente, ouvidas, se for o caso, as unidades competentes, a respeito do(s) pedido(s) de esclarecimento(s) e da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Comissão Permanente de Licitações, nos autos do processo de licitação.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Comissão Permanente de Licitação.

19.2 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

19.3 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.4 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

19.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.6 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

19.7 A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

19.8 A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19.9 O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

19.10 A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2.021.

19.11 A Comissão Permanente de Licitação poderá promover diligências destinada à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se trate de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

19.12 No julgamento da habilitação e das propostas, a Comissão Permanente de Licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.13 Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação ouvida, se for o caso, as unidades competentes.

19.14 Somente deverão ser consideradas as informações prestadas por escrito pela Subprefeitura Ipiranga.

19.15 Integrarão o ajuste a ser firmados, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata da licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.

19.16 A participação nesta CONCORRÊNCIA implica na aceitação integral e irretratável pelas licitantes, dos termos deste Edital e seus anexos, que passarão a integrar o contrato, não

sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento licitatório e execução do contrato.

19.17 Deverá a licitante, arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados que participem da execução do objeto contratual e, quando for o caso, enviar à Administração e manter atualizado o rol de todos os funcionários e/ou cooperados que participem da execução do objeto contratual.

19.18 A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, no todo, o objeto do contrato, a terceiros, sob pena de rescisão.

19.18.1 A Contratada não poderá ceder ou transferir integralmente o objeto contratual a terceiros, sendo admitida apenas a subcontratação parcial, nos limites e condições previstos neste Edital e no Contrato.

19.18.2 A subcontratação que trata o subitem anterior deverá observar as normas previstas no art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.19 As exigências constantes neste Edital e seus Anexos, no que couber, abrangem fornecedores, subfornecedores e subcontratados, sem exceções, cuja responsabilidade pela implementação de qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é exclusiva da licitante vencedora, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.

19.20 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

19.21 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/2021.

19.22 Os atos relativos à licitação serão registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

19.23 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Público (PNCP) e Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

19.24 As sessões públicas desta licitação serão registradas em ata e gravadas em áudio e vídeo, procedendo-se à anexação dos arquivos no processo administrativo da licitação, não cabendo as licitantes qualquer direito de imagem ou veto de publicidade no processo administrativo do material gravado.

19.24.1 As sessões públicas poderão ainda, a vontade da Administração, serem transmitidas ao vivo, em canal do órgão na internet.

19.25 Ficam desde logo eleito o Foro da Comarca da Capital – Vara da Fazenda Pública - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

20. ANEXOS DO EDITAL

20.1 Faz parte deste Edital os seguintes anexos:

I – TERMO DE REFERÊNCIA

I – A ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

I – B MEMORIAL DESCRITIVO

I – C RELATÓRIO FOTOGRAFICO

I – D PROJETO BÁSICO

II – MINUTA DE CONTRATO

III – PROPOSTA COMERCIAL

III – A PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (PMSP/SUB-IP)

III – B DEMONSTRATIVO DE COMPOSIÇÃO DE BDI (PMSP/SIURB)

IV – CRONOGRAMA (PMSP/SUB-IP)

V – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

VI – CARTA DE CREDENCIAMENTO

- VII – DECLARAÇÃO DE VISTORIA
- VIII - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VISTORIA TÉCNICA
- IX - DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
- X – DECLARAÇÃO GERAL
- XI – CRITÉRIOS DE ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA
- XII – DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO
- XIII – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE AMBIENTAL, CONFORME DECRETO 50.977/09
- XIV – DECLARAÇÃO DO COMPROMISSO DE FORNECIMENTO OU DE UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS DE EMPREENDIMENTOS MINERÁRIOS, CONFORME DECRETO 48.184/07
- XV – DECLARAÇÃO DE CONTRATAÇÃO FUTURA
- XVI –MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

São Paulo, 03 de junho de 2026

Comissão de Licitação

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90004/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002081-7

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SUBPREFEITURA IPIRANGA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS MARQUES E SERRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO EDITAL.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU
ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E
ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS
MARQUES E SERRA

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
2. DO OBJETO
3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DAS NECESSIDADES DA CONTRATAÇÃO
4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CLICO DE VIDA DO OBJETO
5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
 - 5.1. CONSÓRSIO
 - 5.2. SUBCONTRATAÇÃO
 - 5.3. GARANTIAS DA CONTRATAÇÃO
 - 5.4. TRANSIÇÃO CONTRATUAL
 - 5.5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE
6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO
8. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
 - 9.1. VISTORIA
 - 9.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA
 - 9.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA
 - 9.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA
 - 9.5. HABILITAÇÃO TÉCNICA
 - 9.5.1. EMPRESA
 - 9.5.2. PROFISSIONAL
10. INVERSÃO DE FASES NA LICITAÇÃO
11. ESTIMATIVA DOS VALORES DA CONTRATAÇÃO
12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. INTRODUÇÃO

O presente termo de referência consolida as informações contidas no Estudo técnico preliminar, e tem como objetivo subsidiar a formalização da Contratação de serviços comuns de engenharia para a execução das obras conforme objeto abaixo.

2. DO OBJETO

Constitui o objeto do presente termo de referência, a Contratação de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS MARQUES E SERRA.**

O objeto designado se refere especialmente, às atividades que serão detalhadas no item 6 deste termo de referência e rege-se pela Lei federal nº 14.133/21 e suas alterações e pelo decreto municipal nº 62.100/2022.

A Modalidade de Licitação é de **Concorrência Pública**, pois o objeto do presente Termo de Referência, corresponde às obras e serviços comuns de engenharia.

O critério de julgamento será o de menor preço, pois o objeto do presente Termo de Referência, corresponde às obras e serviços comuns de engenharia, conforme previsto no Art. 34 da LF 14.133/21.

Prazo de execução da obra:

- 120 (cento e vinte dias), contados da data fixada na Ordem de Início;

Prazo de vigência do contrato: 24 (vinte e quatro) meses ou 720 (setecentos e vinte) dias contatos a partir da data de assinatura do Termo de contrato.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A fundamentação e descrição da Contratação encontra-se em tópico específico do Estudo técnico Preliminar.

Dos regimes de contratação listados no art. 46 da LF 14.133/21, o regime de empreitada por unitário se mostra o modelo mais adequado para possíveis adequações nos quantitativos durante a execução da obra, sem prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, conforme § 3º do art. 18 da LF 14.133/21.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A fundamentação e descrição da Contratação encontra-se em tópico específico do Estudo técnico Preliminar.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fica ressalvada a possibilidade da alteração de condições previstas neste Termo de Referência, em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis.

Os serviços contratados serão executados de acordo com este Termo de Referência, com documentos neles referidos, disponibilizado neste no edital, bem como detalhes e as especificações complementares do projeto básico.

Para a perfeita execução e completo acabamento dos serviços, a CONTRATADA se obriga sob as responsabilidades legais vigentes, a prestar toda a assistência técnica e administrativa necessária para garantir o andamento conveniente aos trabalhos.

A CONTRATADA deverá realizar os serviços de campo e demais levantamentos adicionais para atendimento à plena execução do objeto do contrato.

No desenvolvimento dos trabalhos e das soluções adotadas deverão sempre e, em todos os casos, serem considerados os aspectos ambientais conforme determina a legislação vigente, além das instruções específicas a serem fornecidas por essa Subprefeitura.

A CONTRATADA deverá desenvolver os trabalhos nos locais previstos, objeto do contrato, com base nos estudos técnicos e plano geral de trabalho dos serviços.

A responsabilidade pela identificação, cadastro, documentação e apresentação de solução técnica para o equacionamento e remanejamento de toda e qualquer interferência é da CONTRATADA, que deverá detalhar a metodologia de execução destas atividades.

Todo e qualquer necessidade de retrabalho (revisar e refazer) oriundo do descumprimento, pela CONTRATADA, das exigências de Legislação, Normas, Diretrizes, Especificações Técnicas, será de inteira responsabilidade da mesma, a qualquer tempo, mesmo que, os produtos tenham sido recebidos, através da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

Todos os materiais, salvo o disposto em contrário em contrato, serão fornecidos pela CONTRATADA, serão de primeira qualidade e todos os serviços executados em completa obediência aos princípios de boa técnica, devendo ainda, satisfazer rigorosamente às Normas Brasileiras

Em hipótese alguma, poderá a CONTRATADA alegar desconhecimento das cláusulas e condições deste Caderno, das Especificações Complementares, bem como das exigências expressas nos projetos e Normas da ABNT.

Toda a mão-de-obra, salvo o disposto em contrário no contrato, será fornecida pela CONTRATADA.

Serão impugnados pela FISCALIZAÇÃO todos os trabalhos que não satisfaçam às condições contratuais. Ficará a CONTRATADA obrigada a revisar e a refazer os trabalhos impugnados logo após o recebimento da Ordem de Serviço correspondente, ficando por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessas providências.

Iniciadas as atividades necessárias, a CONTRATADA deve conduzi-las contínua e regularmente, dentro do cronograma estabelecido.

Ocorrido qualquer atraso nas etapas programadas, poderá a FISCALIZAÇÃO ordenar o aumento de horário de trabalho, cabendo à CONTRATADA os ônus ou eventuais prejuízos daí decorrentes.

Todas as despesas decorrentes de ensaios realizados no campo serão de responsabilidade integral da CONTRATADA. O Laboratório que a CONTRATADA vier a escolher para a realização dos ensaios deverá ser certificado pelo INMETRO.

A CONTRATADA deve se responsabilizar pelo estudo de todos os documentos e outros elementos fornecidos por essa Subprefeitura, para a execução do objeto deste Termo de Referência, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de ignorância dos mesmos.

A CONTRATADA deverá participar de todas as reuniões que se façam necessárias, sempre que for solicitada sua participação pela CONTRATANTE, em São Paulo. Todas as reuniões deverão ser acompanhadas pelo Coordenador do Projeto e pelo especialista de cada área, sempre que necessário.

A PROPONENTE deverá considerar em sua proposta os custos para deslocamento, transporte e hospedagem dos seus profissionais.

Todos os trabalhos a serem desenvolvidos deverão estar de acordo com as normas técnicas vigentes da ABNT e normas dos demais órgãos reguladores competentes.

Também deverão ser seguidas as especificações técnicas particulares da PMSP, que serão entregues para a CONTRATADA quando da emissão da Ordem de Serviço para início dos serviços.

Além das Normas e Leis aplicáveis, atestamos que todos os documentos técnicos necessários para o entendimento para elaborar a devida proposta técnica e comercial estão contemplados nesse Termo de Referência.

Todos os trabalhos a serem desenvolvidos deverão estar de acordo com as normas técnicas vigentes da ABNT e normas dos demais órgãos reguladores competentes.

Além das Normas e Leis aplicáveis, atestamos que todos os documentos técnicos necessários para o entendimento para elaborar a devida proposta técnica e comercial estão contemplados nesse Termo de Referência.

Para fins de medições dos serviços de transporte de resíduos, a CONTRATADA deverá apresentar toda documentação legal, conforme legislação, para a CONTRATANTE, inclusive o Controle de Transporte de Resíduos – CTR.

A CONTRATADA deverá elaborar, tramitar e obter todas as devidas autorizações junto aos órgãos competentes, quando for o caso, incluindo o Termo de Permissão para Ocupação de Vias – TPOV.

5.1 CONSÓRCIO

Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio no presente certame, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A vedação justifica-se em razão da natureza e da baixa complexidade técnica do objeto licitado, cujos serviços são comuns e amplamente executados por empresas do ramo da construção civil, não demandando a conjugação de capacidades técnicas, operacionais ou econômico-financeiras de múltiplas empresas para sua adequada execução.

Os serviços previstos possuem escopo definido, metodologia executiva usual e quantitativos compatíveis com a capacidade operacional normalmente exigida das empresas especializadas no mercado, não apresentando características que possam restringir a competitividade ou exigir a formação de consórcios para ampliação da capacidade de execução.

Além disso, a admissão de consórcios poderia acrescentar complexidade desnecessária à gestão e fiscalização contratual, em razão da necessidade de acompanhamento das responsabilidades das empresas consorciadas, sem que tal medida represente benefício efetivo para a Administração ou ampliação da competitividade do certame.

Dessa forma, considerando a baixa complexidade da obra, a ampla disponibilidade de empresas aptas a executar integralmente o objeto e a inexistência de fatores que justifiquem a reunião de empresas para atendimento das exigências técnicas e econômico-financeiras da contratação, conclui-se que a vedação à participação de consórcios não compromete a competitividade da licitação, ao

mesmo tempo em que contribui para a simplificação da gestão contratual e para a eficiência administrativa, atendendo aos princípios da razoabilidade, eficiência, economicidade e interesse público.

5.2 DA SUBCONTRATAÇÃO

É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação.

A subcontratação fica limitada a 30% (trinta por cento).

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

5.3 DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até a assinatura do contrato.

No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5.4 DA TRANSIÇÃO CONTRATUAL

O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

5.5 DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

A CONTRATADA deverá ainda observar o disposto no art. 45 da Lei nº 14.133/2021 o qual cita que as licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas à:

I - Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II - Utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e recursos naturais;

III - Proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto

causado pelas obras contratadas;

IV - Acessibilidade para o uso por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Início da execução do objeto se dará após a emissão da ordem de serviço,

Descrição detalhada dos serviços se dará através do memorial descritivo.

Não serão admitidas inconformidades com as normas técnicas, manuais ou instruções de serviços, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a verificação e aplicação das especificações técnicas vigentes no período de execução do objeto contratual.

O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

A gestão e fiscalização do contrato será regida pelo DECRETO 62.100/2022 ou legislação substituta.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A avaliação da execução do objeto utilizará o Caderno de Critérios de Medição da PMSP, disponibilizado no sítio eletrônico https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/obras/tabelas_de_custos/

Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- Não produzir os resultados acordados;
- Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

O recebimento das medições se dará ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico- Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Para fins de liquidação e pagamento será considerado o disposto na Portaria SF Nº 275/2024 ou alterações posteriores.

Os pagamentos serão disciplinados pelo Art. 142 do Decreto Municipal nº 62.100 de 27/12/2022, conforme segue:

A unidade orçamentária adotará, como data de vencimento, 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data de entrega da documentação pela contratada.

Para fins de liquidação e pagamento será considerado o disposto:

a) artº 1º ao 4º da Portaria SF Nº 275 de 2024 e alterações posteriores.

Ressalta-se que o § 1º do art. 4º estipula que se o contrato não contiver definição do dia do vencimento da obrigação ou apenas estipular "pagamentos mensais", a Unidade Orçamentária adotará, como data de vencimento da obrigação, 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data de entrega, pela contratada, da documentação prevista no artigo 1º desta Portaria.

b) no art. 142 do Decreto nº 62.100 de 27 de dezembro de 2022.

Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- número do contrato;
- A data da emissão;
- objeto do contrato;

- O período respectivo da medição;
- O valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, conforme inciso I do art. 3º da Portaria SF 170/2020, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais e/ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, em conformidade com a Portaria SF nº 9 de 12 de janeiro de 2021.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar."

9. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob a forma **PRESENCIAL**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

A presente licitação será realizada na forma presencial, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Portaria nº 16/SIURB/2023, que disciplina e fundamenta a adoção dessa forma de processamento no âmbito da Administração Municipal.

Além dos fundamentos constantes na referida Portaria, a realização presencial mostra-se necessária em razão da opção administrativa pela inversão das fases do procedimento licitatório, nos termos do art. 17, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, adotando-se inicialmente a fase de habilitação e, posteriormente, a abertura e julgamento das propostas de preços.

A inversão de fases foi definida em razão das características do objeto e do interesse da Administração em

verificar previamente a capacidade técnica, operacional, jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira dos licitantes, garantindo que apenas empresas efetivamente aptas participem da etapa de julgamento das propostas, em observância ao princípio da vantajosidade e à busca da melhor contratação para o interesse público.

Entretanto, os sistemas eletrônicos atualmente disponibilizados para a realização dos certames não permitem, de forma adequada, a operacionalização da inversão de fases prevista no art. 17, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que foram estruturados para processar a sequência ordinária do procedimento licitatório, com julgamento das propostas antecedendo a habilitação.

Dessa forma, a realização da sessão presencial constitui medida necessária para viabilizar a adoção da inversão de fases devidamente justificada no processo administrativo, permitindo que a Administração conduza o certame na ordem procedimental considerada mais vantajosa para a contratação pretendida.

Adicionalmente, a forma presencial proporciona maior eficiência na conferência da documentação de habilitação, maior transparência dos atos praticados, acompanhamento direto pelos licitantes e pronta solução de eventuais questões surgidas durante a sessão pública, contribuindo para a segurança jurídica e para a regular condução do certame.

Ressalta-se que a adoção da forma presencial não implica restrição à competitividade, permanecendo assegurados os princípios da isonomia, publicidade, transparência, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Diante do exposto, considerando os fundamentos da Portaria nº 16/SIURB/2023, a justificativa para a inversão de fases e a necessidade de operacionalização adequada do procedimento licitatório, mostra-se plenamente justificada a realização da licitação na forma presencial, em atendimento ao interesse público e aos princípios que regem as contratações públicas.

O critério de aceitabilidade de preços será o valor unitário estimado para a contratação, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, respeitando os quantitativos.

O intervalo mínimo entre os lances será de 0,5% do valor estimado para contratação.

A presente licitação deverá prever recolhimento de garantia de proposta de 1% do valor orçado pela administração, em conformidade com o art. 58 da Lei 14.133/2021 e o disposto na Portaria SF nº 338, de 02 de dezembro de 2021.

9.1 INVERSÃO DE FASES NA LICITAÇÃO

JUSTIFICATIVA DA INVERSÃO DE FASES E DA VANTAJOSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Para o presente certame adotar-se-á a inversão de fases, em estrita observância ao disposto no art. 17, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, realizando-se inicialmente a análise dos documentos de habilitação e, posteriormente, a abertura e julgamento das propostas de preços.

A adoção dessa sistemática encontra fundamento no Princípio da Vantajosidade, que norteia todas as contratações públicas. A vantajosidade não deve ser compreendida apenas sob o aspecto econômico da contratação, mas sim como a obtenção da proposta mais adequada ao interesse público, considerando aspectos de qualidade, capacidade técnica, segurança, durabilidade, eficiência e economicidade.

No âmbito das obras e serviços de engenharia, a contratação mais vantajosa não se confunde com a contratação pelo simples menor preço. A Administração Pública deve buscar o melhor preço, entendido como aquele compatível com a execução integral do objeto, observadas todas as especificações técnicas, os padrões de qualidade exigidos, a segurança estrutural e operacional da obra e a adequada capacidade técnica da contratada.

Nesse contexto, a inversão de fases permite que a Administração verifique previamente a qualificação

jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica dos licitantes, assegurando que apenas empresas efetivamente aptas a executar o objeto avancem para a fase de análise das propostas. Tal medida reduz significativamente os riscos de contratação de empresas sem capacidade operacional para atender às exigências do projeto e do contrato.

A adoção desse procedimento proporciona, ainda, os seguintes benefícios:

I – maior segurança jurídica e técnica na condução do certame;

II – seleção de propostas provenientes exclusivamente de empresas comprovadamente aptas à execução do objeto;

III – redução dos riscos de inexecução contratual, paralisações, atrasos e aditivos decorrentes de deficiência técnica ou financeira da contratada;

IV – racionalização dos procedimentos administrativos, evitando a análise de propostas apresentadas por licitantes que não atendam às condições mínimas de habilitação;

V – maior eficiência na condução da licitação, com redução do retrabalho decorrente da eventual desclassificação ou inabilitação de licitantes em etapas posteriores;

VI – fortalecimento da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração, conjugando qualidade técnica, segurança da execução e economicidade.

Dessa forma, considerando as características do objeto, a complexidade inerente aos serviços de engenharia e a necessidade de assegurar a adequada execução contratual, conclui-se que a inversão de fases constitui medida compatível com o interesse público, promovendo maior eficiência administrativa e contribuindo para a obtenção da contratação mais vantajosa para a Administração Pública.

9.2 VISTORIA

Considerando as características do objeto e a necessidade de assegurar a adequada elaboração das propostas, será facultada aos licitantes a realização de vistoria técnica no local de execução dos serviços.

A vistoria tem por finalidade possibilitar aos interessados o conhecimento das condições reais do local, permitindo a identificação de aspectos que possam influenciar a execução da obra, tais como acessos, interferências, condições do entorno, restrições operacionais, logística de materiais e equipamentos e demais particularidades relevantes para a formação dos preços e planejamento dos serviços.

A vistoria, quando realizada, deverá ser efetuada pelo responsável técnico da empresa, devidamente habilitado, garantindo que a avaliação das condições locais seja realizada por profissional com capacidade técnica para analisar os elementos necessários à execução do objeto.

A realização da vistoria é facultativa. Entretanto, o licitante deverá manifestar formalmente sua opção mediante apresentação da Declaração de Vistoria Técnica ou do Termo de Ausência de Vistoria Técnica, ambos assinados pelo responsável técnico da empresa.

O licitante que optar por não realizar a vistoria declara possuir pleno conhecimento das condições de execução dos serviços, assumindo integral responsabilidade pela elaboração de sua proposta, não podendo alegar posteriormente desconhecimento das condições do local para justificar erros de orçamento, pleitos de acréscimos, reequilíbrio econômico-financeiro ou prorrogações de prazo.

Protocolar até 48 horas antes da sessão pública da abertura do certame, junto à Supervisão de Projetos e Obras desta subprefeitura a Declaração de Vistoria Técnica ou do Termo de Ausência de Vistoria Técnica, conforme modelos anexos ao Edital, visando conferir maior segurança ao procedimento licitatório, assegurar a adequada formação das propostas e reduzir riscos durante a execução contratual. O não

protocolo incorrerá em inabilitação da licitante.

Dessa forma, a vistoria técnica facultativa e a obrigatoriedade de manifestação formal do licitante atendem aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e interesse público, contribuindo para a correta execução do objeto e para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

9.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

A) Registro Comercial, no caso de empresa individual;

B) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, e alterações subsequentes, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

B.1) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

B.2) Arquivamento na Junta Comercial da publicação oficial das Atas de Assembleias Gerais, que tenham aprovado ou alterado os estatutos em vigor, no caso de sociedades por ações, bem como Ata da Assembleia da última eleição de Diretoria;

C) Em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal, conforme estabelece o parágrafo único do art. 70 da Lei 14.133/2021.

D) Deverão ser apresentadas as seguintes declarações, pela empresa participante:

- para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;

- que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

- que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.

- que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

- que estão cientes das normativas previstas no art. 45 da Lei nº 14.133/2021.

- que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

- que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.

- que na composição societária não existe participação de dirigente e/ou empregados da entidade promotora da licitação.

- que os profissionais vinculados a ela não participaram e não possuem responsabilidade pela elaboração dos projetos;

- que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual.

9.2 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

A) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

B) Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

B.1) Os interessados com sede em outro Município que tenham filial no Município de São Paulo deverão, também, comprovar inscrição no cadastro de contribuintes deste Município.

C) Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com prazo de validade em vigor, sendo aceito documento extraído via INTERNET.

D) Prova de inexistência de Débitos Trabalhistas, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

E) Regularidade para com a Fazenda Nacional e situação de regularidade perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, que deverão ser comprovadas mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos, relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e à Seguridade Social (CND).

F) Regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal da sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e quanto aos tributos relacionados com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de certidão expedida pelo órgão competente, que terá validade por 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição, se outro prazo não estiver assinalado por Lei ou no próprio documento.

G) Regularidade perante a Fazenda Municipal de São Paulo, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos de Tributos Mobiliários.

G.1) Na hipótese de não estar cadastrado como contribuinte neste Município, o licitante com sede fora do Município de São Paulo deverá apresentar declaração firmada pelo representante legal da empresa, sob as penas da Lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo relativamente aos tributos relacionados com a prestação licitada.

9.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA- FINANCEIRA

A) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

B) Capital Social ou Patrimônio Líquido com valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor do orçamento referencial.

B.1) No caso da participação de empresas em forma de consórcio, a comprovação do valor do Capital Social ou Patrimônio Líquido descrito no item anterior deverá ser acrescido em 30%. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 15, §1º).

C) Apresentar Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

- Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

- Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

- Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

C.1) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

C.2) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

C.3) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.4 HABILITAÇÃO TÉCNICA

9.4.1 EMPRESA

A) CERTIDÃO atualizada de Registro de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA/CONFEA e/ou Conselho competente, com prazo de validade em vigor;

B) Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado e regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, com as seguintes características mínimas:

ITEM	QUANT.	UN
DISPOSIÇÃO FINAL DE SOLOS E RESÍDUOS, CLASSE II B – INERTES/NÃO INERTES, EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO	450	TON
MURO DE ARRIMO H=1,40 M, COM DRENAGEM	70	M
GRADIL DE FERRO PERFILADO	114	M2
FORMA EM MADEIRA COMUM PARA ESTRUTURA	418	M2
ESCORAMENTO PARA GALERIA MOLDADAS, UTILIZANDO PERFIS METÁLICOS, COM REAPROVEITAMENTO – PROFUNDIDADE < OU = 4M, COM BOCA DE 3 A 5 M	226	M2
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAISAGISMO, CONTENDO TERRA PARA PLANTIO, GRAMA E MUDAS DE FORRAÇÕES.	QUALITATIVO	

C) Será admitido o somatório de atestados para comprovação dos quantitativos mínimos exigidos da LICITANTE e relativos à sua capacidade técnico-operacional para OS SERVIÇOS EXECUTADOS.

9.4.2 PROFISSIONAL

A) Apresentação de profissionais de nível superior, Engenheiro e/ou Arquiteto, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação, comprovando a experiência na execução dos serviços de maior relevância, definidos abaixo:

Engenheiro civil ou arquiteto:

ITEM
DISPOSIÇÃO FINAL DE SOLOS E RESÍDUOS, CLASSE II B – INERTES/NÃO INERTES,

EM ATERRO SANITARIO LICENCIADO
MURO DE ARRIMO H=1,40 M , COM DRENAGEM
GRADIL DE FERRO PERFILADO
FORMA EM MADEIRA COMUM PARA ESTRUTURA
ESCORAMENTO PARA GALERIA MOLDADAS, UTILIZANDO PERFIS METÁLICOS, COM REAPROVEITAMENTO – PROFUNDIDADE < OU = 4M, COM BOCA DE 3 A 5 M
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAISAGISMO, CONTENDO TERRA PARA PLANTIO, GRAMA E MUDAS DE FORRAÇÕES.

B) O(s) profissional(is) indicado(s) no item anterior deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

ESTIMATIVAS DOS VALORES DA CONTRATAÇÃO

VALOR ESTIMADO MAIS VANTAJOSO PARA A ADMINISTRAÇÃO (TABELA PMSP JAN/24 SEM DESONERAÇÃO: **R\$ 2.008.514,18** (Dois milhões, oito mil, quinhentos e quatorze reais dezoito centavos)).

1. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas em questão irão onerar a dotação **12.365.4028.3.362.4.4.90.51.00.00.1.500.0003.0**

As informações orçamentárias, foram fornecidas pela Coordenadoria de Administração e Finanças desta subprefeitura.


Antonio Carlos Siqueira
RG 628.446.1
Supervisor de Projetos e Obras
SUB-IPICORPO

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90004/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002081-7

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SUBPREFEITURA IPIRANGA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS MARQUES E SERRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO EDITAL.

ANEXO I – A ESTUDO TÉCNICO PRILIMINAR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU
ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E
ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS
MARQUES E SERRA

SUMÁRIO

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS
 - 1.1. OBJETO
 - 1.2. DESCRIÇÃO DAS NECESSIDADES
 - 1.3. PROCESSO SEI
 - 1.4. INSTRUÇÃO NORMATIVA
2. LOCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS
3. PREVISÃO EM PLANO DE OBRAS / PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA
4. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO
5. UNIDADES PARTICIPANTES
 - 5.1. ÁREAS REQUISITANTES
6. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADES
7. LEVANTAMENTO DE MERCADO
8. ESTIMATIVAS DE VALOR
 - 8.1. CÁLCULO DE CUSTOS
 - 8.2. MAPA COMPARATIVO DE CÁLCULOS TOTAIS
9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E ESCOPO
 - 9.1 ANÁLISE COMPARATIVA DE SOLUÇÕES
10. JUSTIFICANDO O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO
11. INFORMANDO OS RESULTADOS PRETENDIDOS
12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES
13. REGISTRANDO AS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS
14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS
15. ESTRATÉGIA PARA A CONTRATAÇÃO
16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. OBJETO

Trata-se de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS MARQUES E SERRA**, nos termos do Edital de Concorrência Pública.

O objeto designado se refere especialmente, às atividades que serão detalhadas no Termo de Referência e rege-se pela LF nº 14.133/2021 e suas alterações, Decreto Municipal nº 62.100/2022.

1.2. DESCRIÇÃO DAS NECESSIDADES

A presente contratação decorre da necessidade de execução de obras de engenharia destinadas à adequação das condições de segurança, estabilidade e acessibilidade da unidade escolar EMEI Marcos Marques e Serra, visando garantir a integridade física dos usuários, a preservação do patrimônio público e a adequada utilização dos espaços externos da edificação.

Foi constatada a necessidade de implantação de muro e estrutura de arrimo para contenção e estabilização do terreno, em razão das características topográficas e das condições atuais da área, que apresentam risco de erosão, deslizamento e comprometimento das áreas de circulação e permanência. A ausência de contenção adequada pode ocasionar danos à infraestrutura existente, além de representar risco à segurança de alunos, servidores e demais usuários da unidade.

Também se faz necessária a instalação de gradil de fechamento e proteção perimetral, com o objetivo de reforçar a segurança patrimonial e o controle de acesso à unidade escolar, contribuindo para a prevenção de invasões, depredações e demais ocorrências que possam comprometer o funcionamento adequado do equipamento público.

Adicionalmente, verifica-se a necessidade de execução de passeio em concreto armado, visando proporcionar melhores condições de circulação, acessibilidade e segurança aos pedestres, bem como adequar os acessos e áreas externas às condições de uso cotidiano da unidade escolar. A intervenção contribuirá para a organização dos fluxos de circulação, redução de pontos de lama, erosão e acúmulo de água, além de ampliar a durabilidade das áreas pavimentadas.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada de engenharia ou arquitetura mostra-se necessária para a execução dos serviços, contemplando mão de obra qualificada, fornecimento de materiais, equipamentos e responsabilidade técnica compatíveis com a complexidade da intervenção, observando-se as normas técnicas vigentes, critérios de segurança, qualidade e durabilidade das obras.

1.3. PROCESSO SEI

6039.2026/0002081-7

1.4. INSTRUÇÃO NORMATIVA

O presente documento relativo ao Estudo Técnico Preliminar foi elaborado de acordo com § 1º, 2º e 3º do Artigo 18 da Lei nº 14.133 / 2021.

2. LOCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

R. Francisco Pestana, 10 - Jardim Maria Estela, São Paulo - SP, 04176-130



3. PREVISÃO EM PLANO DE CONTRAÇÃO ANUAL

A demanda a ser apresentada neste documento está prevista no Plano de contratações anuais da Secretaria da Educação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- Observar as leis e normas, principalmente a Lei nº 14.133 de 2021, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
- Observar o disposto no Decreto nº 62.100, de 27 de dezembro de 2022, que versa sobre normas de licitação e contratos administrativos para a Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de São Paulo, regulamentando, no âmbito do Município de São Paulo, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- Observar a Instrução Normativa - SEGES Nº 1 de 27 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços no âmbito da Administração Pública Municipal de São Paulo.
- Observar as leis e regulamentos referentes aos serviços e à segurança pública, bem como às normas técnicas da ABNT, no que couber, exigências do CAU, CREA/CONFEA, Ministério do Trabalho e manuais de fabricantes e ANVISA.
- A CONTRATADA deverá atender integralmente ao presente Termo de Referência, obrigando-se a executar os serviços nele especificados, através de funcionários

devidamente treinados e qualificados para atender aos melhores procedimentos e Normas Técnicas aplicáveis.

- Possuir Registro atualizado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/CONFEA, da Empresa e de seu representante técnico.

- Os produtos apresentados deverão ser obrigatoriamente executados em consulta e atendimento às recomendações da NBR 9050, em sua versão atualizada.

- Atender a todas as normativas técnicas vigentes.

- Apresentar atestados que comprovem a prestação de serviço de bom desempenho anterior, em contrato da mesma natureza ou porte, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente acervados, sendo que cada um deles deverá especificar em seu objeto os tipos de serviços realizados, com indicações das quantidades e prazo contratual, datas de início e término, e local da prestação dos serviços, em papel timbrado do Serviço Contratante.

- Certificado de Acervo Técnico (CAT), expedido pela entidade competente (CAU/CREA) correspondente aos atestados apresentados e ao responsável técnico da empresa, demonstrando aptidão compatível com o objeto da presente licitação.

- Apresentar Responsável Técnico bem como Registro no CAU ou CREA, para execução e acompanhamento das atividades.

- Ter regularidade fiscal comprovada via Certidão Negativa de Débitos.

- Obrigação de substituir qualquer um de seus profissionais a pedido da CONTRATANTE, por quaisquer incompatibilidades ou desvio de conduta.

5. UNIDADES PARTICIPANTES

5.1. ÁREA REQUISITANTE

Supervisão de Projetos e Obras – SPO – Antônio Carlos Suguiyama – RF: 628.848-1

6. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

As quantidades levantadas para a Licitação em tela, foi baseada no histórico de serviços da prefeitura de São Paulo, e no projeto desenvolvido por essa coordenadoria, considerando também vistorias no local.

As quantidades foram representadas em projetos, orçamento e memória de cálculo considerando a realidade e necessidade do local.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

A contratação, do tipo menor preço, é a contratação mais adequada para o presente objeto, tendo em vista que há um levantamento quantitativos dos serviços necessários a serem executados, com base em vistorias técnicas, justificativas e projetos, com isso, ampliando a competitividade entre as empresas concorrentes do mesmo segmento ou que oferecem produtos/serviços semelhantes, garantindo maior segurança ao erário, no que diz respeito, também, a uma contratação de regime de preço unitário.

As alternativas possíveis para a execução dos serviços foram estudadas, levando em consideração as solicitações da população, sendo que, será implantada a alternativa mais vantajosa em relação a qualidade e preço.

8. ESTIMATIVA DE VALOR

8.1. CÁLCULO DE CUSTOS

Conforme Planilha e Memória de Cálculo anexado ao processo.

Valor estimado utilizado (sem desoneração) por ser o valor mais vantajoso ao erário: **R\$ 2.008.557,74**

8.2. MAPA COMPARATIVO DE CÁLCULOS TOTAIS

DESCRIÇÃO	SEM DESONERAÇÃO	COM DESONERAÇÃO
TOTAL COM BDI	R\$ 2.013.016,02	R\$ 2.008.514,18

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E ESCOPO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada em engenharia ou arquitetura para execução de obras de contenção, drenagem, fechamento perimetral, adequação de áreas externas, implantação de passeio em concreto, instalação de playground e tratamento paisagístico na EMEI Marcos Marques e Serra, contemplando fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, gerenciamento técnico e demais insumos necessários à completa execução dos serviços.

A intervenção tem como objetivo principal promover a estabilização do terreno e garantir maior segurança estrutural, funcional e operacional às áreas externas da unidade escolar, mitigando riscos relacionados a processos erosivos, desníveis do terreno, infiltrações, acúmulo de águas pluviais e deterioração das áreas de circulação.

A solução contempla a execução de muro de arrimo em concreto armado com sistema de drenagem associado, impermeabilização das fundações e instalação de gradis metálicos de proteção e fechamento, proporcionando maior estabilidade do solo, segurança patrimonial e controle de acesso.

Também integra a solução a implantação de sistema de drenagem superficial e subterrânea, com canaletas, caixas de inspeção, tubos drenantes, manta geotêxtil e dispositivos de escoamento de águas pluviais, visando garantir o adequado direcionamento das águas e evitar patologias construtivas decorrentes da umidade e erosão.

As áreas de circulação lateral receberão piso em concreto armado com acabamento adequado ao uso contínuo, proporcionando maior durabilidade, acessibilidade, segurança aos usuários e melhoria das condições de manutenção da unidade.

Complementarmente, a solução prevê a implantação de área de playground e mobiliários externos, incluindo bancos, mesas e brinquedos, associada ao tratamento paisagístico das áreas intervenientes, contribuindo para a qualificação dos espaços de convivência, recreação e permanência dos alunos.

A execução compreenderá ainda serviços preliminares, instalação de canteiro de obras, tapumes, proteção das áreas em intervenção, demolições, remoções, movimentação de terra, transporte e destinação ambientalmente adequada de resíduos, além do acompanhamento técnico especializado por profissionais habilitados.

9.1. Escopo da Obra

O escopo da contratação compreende a execução integral dos serviços de engenharia necessários à adequação das áreas externas da EMEI Marcos Marques e Serra, incluindo, de forma resumida, os seguintes itens:

1. Serviços preliminares e instalações provisórias

- Implantação de canteiro de obras;
- Instalação de placa de obra;
- Execução de tapumes metálicos, portões e telas de proteção;
- Locação de container para apoio administrativo e sanitário;
- Instalação de reservatório provisório;
- Fornecimento, montagem e desmontagem de andaimes;
- Mobilização e desmobilização de equipamentos e equipe técnica.

2. Demolições, retiradas e limpeza da área

- Limpeza mecanizada e remoção de vegetação;
- Retirada de gradis e elementos existentes;
- Demolição de alvenarias, revestimentos e estruturas existentes;
- Escavações manuais e movimentação de terra;
- Carga, transporte e destinação final de entulhos e resíduos em local licenciado.

3. Execução de muro de arrimo e contenções

- Execução de fundações e estruturas em concreto armado;
- Montagem de formas e armaduras;
- Execução de muro de arrimo com altura aproximada de 1,40m;
- Impermeabilização das estruturas enterradas;
- Execução de alvenarias estruturais;
- Aplicação de revestimentos e pintura;
- Instalação de gradis metálicos e elementos de serralheria.

4. Sistema de drenagem

- Implantação de drenagem subterrânea com tubos perfurados em PEAD;
- Instalação de manta geotêxtil e envolvimento com brita;
- Execução de canaletas, caixas de inspeção e condutores;
- Limpeza e adequação de dispositivos de drenagem existentes;
- Direcionamento e escoamento adequado das águas pluviais.

5. Execução de passeio e piso de concreto

- Regularização e preparo do subleito;
- Lastro de brita e compactação;
- Instalação de armaduras metálicas;
- Concretagem e acabamento de piso em concreto armado;
- Execução de juntas, acabamento superficial e cura do concreto.

6. Playground e mobiliários externos

- Preparação das áreas de implantação;
- Execução de bases e fundações;
- Instalação de playground com brinquedos metálicos;
- Instalação de bancos, mesas e demais mobiliários;
- Execução de revestimentos e acabamentos complementares.

7. Paisagismo

- Revolvimento e preparação do solo;
- Fornecimento e plantio de grama e espécies ornamentais;
- Adubação e tratamento paisagístico das áreas externas.

8. Serviços técnicos e gerenciamento

- Responsabilidade técnica pela execução da obra;
- Acompanhamento por engenheiro responsável, encarregado e coordenação geral;
- Controle tecnológico, segurança do trabalho e garantia da qualidade dos serviços executados.

A obra deverá ser executada em conformidade com as normas técnicas vigentes, legislações aplicáveis, critérios de segurança, acessibilidade, desempenho, durabilidade e sustentabilidade, garantindo a plena funcionalidade e qualidade da intervenção.

9.2. ANÁLISE COMPARATIVA DE SOLUÇÕES

Requisito	Sim	Não	Não se Aplica
As soluções são de domínio da PMSP?	X		
A solução é de domínio de outras entidades públicas?	X		
A solução carece de licenças ambientais?		x	
A solução é contemplada no Plano de Metas?			X
A solução possui Normatização (ABNT, DIN, ASTM, etc)?	x		
A solução carece de manutenção constante?			X

10. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Pelas características técnicas do objeto, não cabe o parcelamento da solução, uma vez que a divisão deste, por se tratar de uma obra comum de engenharia, oferece maior risco de controle por parte da Administração pública.

O não parcelamento proporciona a otimização dos recursos com serviços recorrentes como canteiros de obras, profissionais da administração direta da obra (engenheiros, técnicos e etc.), maquinários diversos e limpeza da obra.

11. INFORMANDO OS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação de empresa especializada para execução das obras de contenção, drenagem, fechamento perimetral, adequação de áreas externas, implantação de passeio em concreto, playground e paisagismo na EMEI Marcos Marques e Serra, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

1. Garantia de segurança estrutural e estabilidade do terreno

Promover a estabilização das áreas com desnível e contenção do solo por meio da execução de muro de arrimo e sistemas de drenagem adequados, reduzindo riscos de erosão, deslizamentos, infiltrações e comprometimento das estruturas existentes.

2. Melhoria das condições de segurança da unidade escolar

Ampliar a segurança patrimonial e operacional da unidade por meio da instalação de gradis e adequação dos fechamentos perimetrais, proporcionando maior controle de acesso e proteção dos usuários e bens públicos.

3. Adequação da drenagem e mitigação de problemas causados por águas pluviais

Implementar soluções eficientes de drenagem superficial e subterrânea, garantindo o correto escoamento das águas pluviais, reduzindo pontos de alagamento, umidade excessiva, erosões e danos às áreas externas da escola.

4. Melhoria da acessibilidade e circulação interna

Executar passeios e pisos em concreto armado, proporcionando melhores condições de circulação, segurança e acessibilidade aos alunos, servidores e demais usuários da unidade escolar, além de ampliar a durabilidade das áreas pavimentadas.

5. Qualificação dos espaços de convivência e recreação

Implantar playground, mobiliários urbanos e áreas paisagísticas, criando espaços mais adequados para recreação, integração social e permanência dos alunos, contribuindo para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e melhoria da ambiência escolar.

6. Valorização e preservação do patrimônio público

Promover a recuperação e adequação das áreas externas da unidade, ampliando a vida útil das estruturas, reduzindo custos futuros de manutenção corretiva e preservando o patrimônio público municipal.

7. Atendimento às normas técnicas e condições adequadas de uso

Garantir que as intervenções sejam executadas em conformidade com as normas técnicas vigentes, requisitos de segurança, acessibilidade, drenagem, desempenho e durabilidade aplicáveis às obras públicas.

8. Redução de riscos operacionais e de manutenção

Minimizar a ocorrência de intervenções emergenciais decorrentes de falhas de drenagem, erosões, deterioração de pisos e instabilidade de taludes, proporcionando maior eficiência na gestão e manutenção da unidade escolar.

9. Execução da obra com qualidade técnica e responsabilidade profissional

Assegurar que todos os serviços sejam realizados por empresa especializada, com acompanhamento técnico habilitado, utilização de materiais adequados e observância dos critérios de qualidade, segurança e desempenho exigidos para obras públicas.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATADAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não haverá.

13. REGISTRANDO AS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Não há vislumbre de providências específicas a serem adotadas pela administração pública previamente a celebração do contrato.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A empresa deverá atender todas as normas vigentes para os descartes de materiais provenientes das demolições.

A empresa deverá fazer o projeto, laudo e compensação ambiental, para a remoção das árvores que interferirem na obra.

15. ESTRATÉGIA PARA A CONTRATAÇÃO

A execução poderá ser subcontratada dentro dos limites legais, mas mantendo a responsabilidade formal à empresa vencedora.

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Com base nas informações levantadas ao longo do estudo técnico preliminar, a equipe de planejamento declara que a contratação é viável e devidamente motivada, atendendo a demanda da população e usuários do espaço.



Antonio Carlos Suguiyama
RF 628.848.1
Supervisor de Projetos e Obras
SUB-IPICPO/SPQ

São Paulo, 14 de maio de 2026.

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90004/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002081-7

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SUBPREFEITURA IPIRANGA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS MARQUES E SERRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO EDITAL.

ANEXO I – B MEMORIAL DESCRITIVO



MEMORIAL DESCRITIVO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU
ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E
ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS
MARQUES E SERRA

LOCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS



R. Francisco Pestana, 10 - Jardim Maria Estela, São Paulo - SP, 04176-130

CARACTERÍSTICAS DA OBRA:

– Serviços de demolição, construção de muro de arrimo com sistema de drenagem, instalação de gradis, execução de passeio lateral em concreto, implantação de playground e mobiliários no bosque, e adequações de paisagismo, conforme as necessidades apontadas.

1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Serviços Preliminares:

- Implantação de canteiro de obras com andaimes
- Instalação de sinalização de segurança, tapumes metálicos e placa de identificação da obra

Demolições e Retiradas:

- Limpeza e remoção de cobertura vegetal da área
- Retirada de gradil e guarda-corpo existentes
- Demolição de alvenaria e argamassa de revestimento existentes
- Escavação manual e remoção de terra e entulho com transporte para aterro sanitário licenciado

Construção de Muro de Arrimo e Instalação de Gradis:

- Execução de muro de arrimo com drenagem
- Execução de fundação, estrutura em concreto armado e alvenaria estrutural
- Impermeabilização de fundação e revestimento em argamassa
- Implantação de sistema de drenagem com tubulação, manta geotêxtil, canaletas e caixas de inspeção
- Instalação de gradil de ferro perfilado sobre muro e em trecho de praça
- Pintura de muros e gradis

Piso de Concreto Lateral:

- Escavação, apiloamento e lastro de brita para preparo de base
- Execução de piso em concreto armado acabamento de piso tipo bambolê, cura química e corte de juntas de dilatação;

Playground e Mobiliários no Bosque:

- Execução de sistema de drenagem no bosque com espinhas de peixe
- Implantação de playground com escorregadores e escadas;
- Implantação de conjuntos de mesas e bancos em concreto;
- Recuperação e pintura de muro do bosque e instalação de canaleta de drenagem

Paisagismo:

- Revolvimento e preparo do solo com terra adubada
- Paisagismo com plantio de grama e forrações

2. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

– Deverá ser atendida a relação dos serviços descritos neste Memorial a serem aprovados na Planilha do Orçamento proposto, considerando-se os elementos da composição de preços unitários de EDIF-2, do CADERNO DE CRITÉRIOS TÉCNICOS, assim como as determinações estabelecidas no Caderno de Encargos de EDIF., das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, onde pertinentes e principalmente das determinações da fiscalização.

– Em havendo alguma divergência entre o memorial descritivo e o orçamento, prevalecerá o orçamento proposto.

PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução desses serviços será de até **120 (Cento e Vinte) dias corridos**, contados a partir da emissão da Ordem de Início.








CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90004/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002081-7

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SUBPREFEITURA IPIRANGA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS MARQUES E SERRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO EDITAL.

ANEXO I – C RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

 PREFEITURA DE SÃO PAULO SUBPREFEITURA IPIRANGA	RELATÓRIO FOTOGRÁFICO		
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO, INSTALAÇÃO DE GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO.		
			
			
			

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90004/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002081-7

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SUBPREFEITURA IPIRANGA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS MARQUES E SERRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO EDITAL.

ANEXO I – D PROJETO BÁSICO

Acesso:


<https://drive.google.com/file/d/1BbwGpb2tmVeBDFHK7hrm1cLvFmZOmMrf/view?usp=sharing>

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002081-7

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SUBPREFEITURA IPIRANGA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS MARQUES E SERRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO EDITAL.

ANEXO I – E MATRIZ DE RISCO

<div>  PREFEITURA DE SÃO PAULO SUBPREFEITURA IPIRANGA </div>							
MATRIZ DE RISCO							
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS MARQUES E SERRA							
ALOCÇÃO À CONTRATANTE E CONTRATADA: RISCOS QUE DEVEM SER DISCUTIDOS, AVALIADOS, ASSUMIDOS E GERENCIADOS POR AMBOS EM CONJUNTO PARA MAIOR EFICIÊNCIA DE MITIGAÇÃO							
TIPO DE RISCO	DESCRIÇÃO	MATERIALIZAÇÃO	PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO	MITIGAÇÃO	ALOCÇÃO
CUMA/CHUVAS E DRENAGEM	Risco de ocorrerem eventos relacionados ao clima durante as fases de levantamentos de campos, que impeçam o cumprimento do prazo ou que aumentem os custos.	Atraso no início dos serviços Refatimento de serviços incompletos Atraso no cronograma Variação de custos	MÉDIA	MÁDIO/ALTO		Contratada deverá propor plano de otimização dos serviços	CONTRATADA/ CONTRATANTE
MODIFICAÇÕES DAS ESPECIFICAÇÕES DE SERVIÇOS	Eventuais mudanças necessárias mediante as especificações de serviço, ou ampliação do escopo para melhor adequação técnica aos objetivos de contratação.	Aumento no prazo Variação de custos	IMPROVÁVEL	MÉDIO		Reequilíbrio econômico-financeiro, aditivo contratual	CONTRATANTE
ADMINISTRATIVO	Ocorrência de greves ou manifestações de empregados do próprio órgão contratante que possam ser caracterizadas como fato de administração.	Variação de custo Atraso no cronograma.	RARA	MÉDIO/ALTO		Pagamento de atualização financeira sobre as faturas em atraso - Reequilíbrio econômico-financeiro do contrato - Prorrogação contratual	CONTRATANTE
ECONÔMICO-FINANCEIRO	Restrição orçamentária e/ou financeira do órgão contratante.	Atraso ou paralisação dos serviços. - Possível inadimplência no pagamento dos serviços executados e medidos. - Custos com desmobilização de empresa	RARA	ALTO		Adequada gestão orçamentária e financeira - Prorrogação de prazo contratual - Reequilíbrio econômico-financeiro do contrato - As ferramentas e equipamentos locados serão indenizados pelo valor de locação	CONTRATANTE
ANÁLISE DE CUSTO ORÇAMENTÁRIO DE CONTRATAÇÃO DEFICIENTE PARA O SERVIÇOS EM QUESTÃO	Falha nos levantamentos e quantitativos	Necessidade de serviços diferentes dos existentes em planilha Necessidade de aditivo contratual. - Atraso no cronograma.	MÉDIA	MÉDIO/ALTO		Adequação da planilha de acordo com as necessidades	CONTRATANTE
AUSÊNCIA DE EMPRESAS INTERESSADAS EM PARTICIPAR DO CERTAME (DESERTA)	Plano de contratação com requisitos orçamentários insuficientes, levando a subapreciação Subpreço dos serviços	Elaborar orçamento estimativo que reflita a realidade.	RARA	ALTO		Implementar treinamento	CONTRATANTE
DIFICULDADE DE ATENDIMENTO AO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	Estimativa insuficiente das fases do cronograma físico-financeiro	Necessidade de aditivo contratual de prazo e atraso na entrega dos serviços programados	MÉDIA	ALTO		Adequação do cronograma de acordo com as necessidades	CONTRATANTE
CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO	Risco de Ocorrerm eventos na construção que impeçam o cumprimento do prazo ou que aumentem os custos. O de Ocorrerm eventos na construção que impeçam o cumprimento do prazo ou que aumentem os custos. Risco de restrições quanto ao horário disponível para a execução dos serviços.	Atraso no cronograma Variação de custos	MÉDIA	MÉDIO		Condições de habilitação - Ramenração do risco	CONTRATADA
ROUBOS E FURTOS	Aumento de custos de execução Eventuais atrasos para a aquisição de novos bens. Eventuais danos aos canteiros de obras	Aumento dos custos de execução - Eventuais atrasos para aquisição de novos bens Eventuais danos ao canteiro de obras	RARA	MÉDIO		Deixar os materiais dentro das dependências do depósito, preferencialmente em uma área coberta e iluminada	CONTRATADA
CASOS FORTUITOS OU FORÇA MAIOR	Situações de obra que configurem caso fortuito ou força maior	Aumento de custos de execução Atraso no cronograma	IMPROVÁVEL	BAIXO		Reequilíbrio econômico-financeiro (excepcional) - Contratação de seguro - Deixar os materiais dentro das dependências do depósito, preferencialmente em uma área iluminada e coberta por câmeras	CONTRATADA

<div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: center;"> <div style="text-align: center;"> MATRIZ DE RISCO </div> <div>  PREFEITURA DE SÃO PAULO SUBPREFEITURA IPIRANGA </div> </div>							
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS MARQUES E SERRA							
ALOCÇÃO À CONTRATANTE E CONTRATADA: RISCOS QUE DEVEM SER DISCUTIDOS, AVALIADOS, ASSUMIDOS E GERENCIADOS POR AMBOS EM CONJUNTO PARA MAIOR EFICIÊNCIA DE MITIGAÇÃO							
TIPO DE RISCO	DESCRIÇÃO	MATERIALIZAÇÃO	PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO	MITIGAÇÃO	ALOCÇÃO
EQUIPAMENTOS	Acidentes ou quebra de máquinas e veículos	Aumento de custos de execução. - Eventuais atrasos para a aquisição de novos bens. - Eventuais danos às instalações do canteiro de obras.	IMPROVÁVEL	MÉDIO		Adoção de plano de manutenção preventiva e corretiva - Contratação de seguro	CONTRATADA

MATRIZ DE RISCO						
NÍVEL DE RISCO(PROBABILIDADE X IMPACTO)						
PROBABILIDADE	MUITO PROVÁVEL	1				
	PROVÁVEL	2				
	MÉDIO	3				
	IMPROVÁVEL	4				
	RARA	5				
		1	2	3	4	5
		BAIXO	BAIXO/MÉDIO	MÉDIO	MÉDIO/ALTO	ALTO

LEGENDA	
	INTOLERÁVEL
	SUBSTANCIAL
	MODERADO
	TOLERÁVEL
	TRIVIAL

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90004/SUB-IP/2026

PROCESSO Nº: 6039.2026/0002081-7

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SUBPREFEITURA IPIRANGA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS MARQUES E SERRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO EDITAL.

ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº PROCESSO: 6039.2026/0002081-7

CONCORRÊNCIA Nº 90004/SUB-IP/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS MARQUES E SERRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO EDITAL.

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – SUBPREFEITURA IPIRANGA

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

VALOR DO CONTRATO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

DOTAÇÃO A SER ONERADA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

NOTA DE EMPENHO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Termo de Contrato que entre si celebram o Município de
São Paulo, por meio da PMSP/SUBPREFEITURA IPIRANGA e
a empresa _____.

O Município de São Paulo, por sua Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, neste ato representada por _____, adiante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa _____, com sede na _____ nº _____, Bairro: _____, Cidade: _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº _____, neste ato representada por seu representante legal _____ (qualificação completa, RG e CPF), adiante simplesmente designada CONTRATADA, nos termos da autorização contida no despacho de fls. ____, do processo citado na epígrafe, têm entre si, justo e acordado o presente contrato, na conformidade das condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO DO CONTRATO

- 1.1** O presente contrato tem por objeto a **Contratação de**
- 1.2** Deverão ser observadas as especificações e condições de prestação de serviços constantes do Termo de Referência e seus anexos, parte integrante deste edital.

CLÁUSULA SEGUNDA DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1** A prestação dos serviços será executada

**CLÁUSULA TERCEIRA
DO PRAZO CONTRATUAL**

- 3.1** O prazo de execução do contrato terá duração de **24 (vinte e quatro) meses ou 720(setecentos e vinte) dias contatos a partir da data de assinatura do Termo de contrato.**
- 3.2** O prazo de execução da obra será de até **20(cento e vinte dias), contados da data fixada na Ordem de Início;**
- 3.3** A contratada deverá apresentar à SUBPREFEITURA IPIRANGA - CPO, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura deste Contrato, a seguinte documentação necessária à emissão da Ordem de Início:
- a) Comprovação da Matrícula da Obra no INSS; e
 - b) Cópia da apólice dos seguintes seguros, que deverão ser mantidos durante todo o período de execução da obra:
 - Risco de responsabilidade civil do construtor;
 - Contra acidentes de trabalho;
 - Riscos diversos de acidentes físicos da obra, além de outros exigidos pela legislação pertinente.
- 3.4** A CONTRATADA se compromete a apresentar a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica referente ao objeto a ser executado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da Ordem de Início, junto a CPO.
- 3.4.1** O atraso na entrega do presente documento ensejará multa, conforme o item 10.2.1 do presente instrumento.
- 3.5** O presente instrumento poderá ser prorrogado, desde que haja concordância das partes e seja observado o disposto do art. 113 da Lei 14.133/2.021.

**CLÁUSULA QUARTA
DO PREÇO, DOTAÇÃO, ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE**

- 4.1** O valor total estimado da presente contratação para o período de XXX (XXXXXX) dias é de R\$ _____.(_____).
- 4.2** Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em conformidade com o estatuído no Edital e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pela CONTRATANTE à CONTRATADA.
- 4.3** Para fazer às despesas do Contrato, foi emitida a nota de empenho nº, no valor de R\$(), onerando a dotação orçamentária nº.....do orçamento vigente, respeitado o princípio da anualidade orçamentária, devendo as despesas do exercício subsequente onerar as dotações do orçamento próprio.
- 4.4** Os preços contratuais serão reajustados, observada a **periodicidade anual** que terá como termo inicial a data do orçamento estimado, desde que não ultrapasse o valor praticado no mercado.

- 4.4.1** O índice de reajuste será o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, válido no momento da aplicação do reajuste, nos termos da Portaria SF n.º 389/17, bem como Decreto Municipal n.º 57.580/17.
- 4.4.1.1** Eventuais diferenças entre o índice geral de inflação efetivo e aquele acordado não geram, por si só, direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 4.4.2** Fica vedado qualquer novo reajuste pelo prazo de 1 (um) ano.
- 4.5** Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.
- 4.6** As hipóteses excepcionais ou de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 4.7 (quando for o caso)** As partes contratantes, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual, mediante a alocação do risco à parte, com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante do **Anexo IB**.
- 4.8** Fica ressalvada a possibilidade de alteração da metodologia de reajuste, atualização ou compensação financeira desde que sobrevenham normas federais e/ou municipais que as autorizem.

CLÁUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 São obrigações da CONTRATADA:

- A)** Executar regularmente o objeto deste ajuste, respondendo perante a Contratante pela fiel e integral realização dos serviços contratados;
- B)** Garantir total qualidade dos serviços contratados;
- C)** Executar todos os serviços objeto do presente contrato, obedecendo as especificações e obrigações descritas no Termo de Referência e seus anexos do Edital de Licitação, que precedeu este ajuste e faz parte integrante do presente instrumento;
- D)** Fornecer mão de obra necessária, devidamente selecionada para o atendimento do presente contrato, verificando a aptidão profissional, antecedentes pessoais, saúde física e mental e todas as informações necessárias, de forma a garantir uma perfeita qualidade e eficiência dos serviços prestados;
- E)** Arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados, quando for o caso, que participem da execução do objeto contratual;
- F)** Enviar à Administração e manter atualizado o rol de todos os funcionários que participem da execução do objeto contratual;

G) Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, adotando as precauções necessárias à execução dos serviços, fornecendo os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos pela legislação, respondendo por eventuais indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, cabendo-lhe comunicar à CONTRATANTE a ocorrência de tais fatos;

H) Responder por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, fiscal, administrativa, civil e comercial, resultantes da prestação dos serviços;

I) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

J) Responder por todo e qualquer dano que venha a ser causado por seus empregados e prepostos, à CONTRATANTE ou a terceiros, podendo ser descontado do pagamento a ser efetuado, o valor do prejuízo apurado;

K) Manter, durante o prazo de execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2 A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, no todo, o objeto do contrato, a terceiros, sob pena de rescisão.

5.2.1 A subcontratação parcial do objeto, poderá ser autorizada pela fiscalização do contrato, quando devidamente motivada pela contratada, até o limite máximo de 30% (trinta por cento) do objeto, devendo observar as normas previstas no art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3 (quando for o caso) A Contratada deverá no prazo de 6 (seis) meses implantar programa de integridade, conforme estabelece o § 4º, Art. 25 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 A CONTRATANTE se compromete a executar todas as obrigações contidas no Termo de Referência e seus anexos do Edital, cabendo-lhe especialmente:

A) Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que a regem;

B) Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

C) Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução dos serviços contratados, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e ou endereço de cobrança;

D) Exercer a fiscalização dos serviços, indicando, formalmente, o gestor e/ou o fiscal, nos termos do Decreto Municipal nº 62.100/2022, para acompanhamento da execução contratual, inclusive no que tange a mão de obra que o integra, acompanhando a sua presença, fornecimento dos materiais, manutenção e etc., realizando a supervisão das atividades desenvolvidas pela contratada e efetivando avaliação periódica;

- E)** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;
 - F)** Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente contrato;
 - G)** Aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;
 - H)** Exigir da Contratada, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas para a contratação;
 - I)** Atestar mensalmente a execução e a qualidade dos serviços prestados, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a Nota Fiscal/Fatura a ser apresentada pela CONTRATADA, para fins de pagamento;
 - J)** Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da contratada que estiver sem crachá, que embarçar ou dificultar a fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente, bem assim a substituição de equipamentos, que não se apresentarem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas.
 - K)** Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - L)** Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
 - M)** Eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado, serão respondidos no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, conforme previsto na alínea anterior.
- 6.2** A fiscalização dos serviços pelo Contratante não exime, nem diminui a completa responsabilidade da Contratada, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.
- 6.3** A Contratante poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos equipamentos e verificar o cumprimento de normas preestabelecidas no edital/contrato.

CLÁUSULA SETIMA DO PAGAMENTO

- 7.1** Para fins de liquidação e pagamento será considerado o disposto na **Portaria SF 275/2024** ou alterações posteriores e legislação vigente.
- 7.1.2** O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega de cada nota fiscal ou nota fiscal fatura.
- 7.1.3** Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

- 7.1.4** Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a Contratada terá direito à aplicação de compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05/01/2012.
- 7.2** Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a execução dos serviços, mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura, bem como de cópia reprográfica da nota de empenho, acompanhada, quando for o caso, do recolhimento do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza do mês de competência, descontados os eventuais débitos da Contratada, inclusive os decorrentes de multas.
- 7.2.1** No caso de prestadores de serviço com sede ou domicílio fora do Município de São Paulo, deverá ser apresentada prova de inscrição no CPOM – Cadastro de Empresas Fora do Município, da Secretaria Municipal de Finanças, nos termos da Lei Municipal nº 13.701/2003, Decreto Municipal nº 53.151/2012 e da Portaria SF nº 124/2022.
- 7.2.2** Não sendo apresentado o cadastro mencionado no subitem anterior, o valor do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente sobre a prestação de serviços objeto do presente, será retido na fonte por ocasião de cada pagamento, nos termos da Lei Municipal nº 13.701/2003, Decreto Municipal nº 53.151/2012 e da Portaria SF nº 124/2022.
- 7.3** Na hipótese de existir nota de retificação e/ou nota suplementar de empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos.
- 7.4** A Contratada deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:
- A)** Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – F.G.T.S., fornecido pela Caixa Econômica Federal;
 - B)** Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros – CND –
 - i. ou outra equivalente na forma da lei;
 - C)** Certidão negativa de débitos de tributos mobiliários do Município de São Paulo;
 - D)** Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
 - E)** Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura devidamente atestada;
 - F)** Folha de Medição dos Serviços;
 - G)** Relação atualizada dos empregados vinculados à execução contratual;
 - H)** Folha de frequência dos empregados vinculados à execução contratual;
 - I)** Folha de pagamento dos empregados vinculados à execução do contrato;
 - J)** Cópia do Protocolo de envio de arquivos, emitido pela conectividade social (GFIP/SEFIP);
 - K)** Cópia da Relação dos Trabalhadores constantes do arquivo SEFIP do mês anterior ao pedido de pagamento;
 - L)** Cópia da Guia quitada do INSS (GPS), correspondente ao mês da última fatura vencida;

- M)** Cópia da Guia quitada do FGTS (GRF), correspondente ao mês da última fatura vencida.
- N)** Declaração de utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, quando esta for a hipótese, acompanhada das respectivas notas fiscais de sua aquisição;
- O)** no caso de utilização de produtos ou subprodutos de madeira de origem nativa, deverão ser entregues ao contratante os seguintes documentos:
- notas fiscais de aquisição destes produtos e subprodutos.
 - original da 1ª (primeira) via da Autorização de Transporte de Produtos Florestais – ATPF, expedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, mantendo arquivada na empresa cópia autenticada deste documento.
 - comprovante de que o fornecedor dos produtos ou subprodutos de madeira de origem nativa encontra-se cadastrado no Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.
- P)** No caso de utilização de produtos de empreendimentos minerários, nos termos do Decreto nº 48.184, de 13 de março de 2007, deverão ser entregues ao contratante os seguintes documentos:
- notas fiscais de aquisição desses produtos;
 - na hipótese de o volume dos produtos minerários ultrapassar 3m³ (três metros cúbicos), cópia da última Licença de Operação do empreendimento responsável pela extração dos produtos de mineração, emitida pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, quando localizado no Estado de São Paulo, ou de documento equivalente, emitido por órgão ambiental competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, no caso de empreendimentos localizados em outro Estado;
- 7.4.1** Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.
- 7.5** Por ocasião de cada pagamento, serão feitas as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária.
- 7.6** A não apresentação de certidões negativas de débito, ou na forma prevista no subitem 7.6.1 não impede o pagamento, porém será objeto de aplicação de penalidade ou rescisão contratual, conforme o caso.
- 7.7** O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, no BANCO DO BRASIL S/A, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010, publicado no DOC do dia 22 de janeiro de 2010.
- 7.8** Por ocasião de cada pagamento, haverá retenções na fonte do Imposto sobre a Renda (IR), para fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, na forma estabelecida na IN RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, atualizada pela IN RFB nº 2.145, de 27 de junho de 2023.
- 7.9** Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal de Finanças, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

**CLÁUSULA OITAVA
DO CONTRATO E DA EXTINÇÃO**

- 8.1** O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 62.100/2022 e das demais normas complementares aplicáveis
- 8.2** O ajuste poderá ser alterado nas hipóteses previstas no artigo 124 da Lei Federal 14.133/21.
- 8.3** A CONTRATANTE se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo do ajuste, nos termos do art. 125 da Lei Federal 14.133/21.
- 8.4** O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 8.5** O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 8.6** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 8.7** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**CLÁUSULA NONA
DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

- 9.1** A execução dos serviços será feita conforme o Termo de Referência e demais anexos do Edital da licitação que precedeu este ajuste, e dele faz parte integrante para todos os fins.
- 9.2** A execução dos serviços objeto deste contrato deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, pela CONTRATANTE, atestado esse que deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento conforme Cláusula Sétima.
 - 9.2.1** A fiscalização será exercida de acordo com o Decreto Municipal nº 62.100/2022.
- 9.3** O objeto contratual será recebido consoante as disposições do artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas municipais pertinentes.
- 9.4** Em atendimento ao art. 92, inciso XIII, da LF nº 14.133/21 e em conformidade com o art. 618 do Cód. Civil Brasileiro, a CONTRATADA responderá pelo prazo de cinco anos, a contar da data do recebimento definitivo da obra, pela solidez e segurança do objeto entregue.
- 9.5** O objeto contratual será recebido mensalmente mediante relatório de medição dos serviços executados no mês, emitido pela Contratada, sendo tal relatório submetido à fiscalização da Contratante, que, após conferência, atestará se os serviços foram prestados a contento, atestado esse que deverá ser acompanhado de fatura ou nota-fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da nota de empenho, para fins de pagamento.
- 9.6** Havendo inexecução de serviços, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observados os trâmites legais e os princípios do contraditório e ampla defesa.

9.6.1 O recebimento e aceite do objeto pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no Anexo I, verificadas posteriormente.

**CLÁUSULA DÉCIMA
DAS PENALIDADES**

10.1 Com fundamento no artigo 156, incisos I a IV, da Lei nº 14.133/21, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas no item 10.2, com as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) impedimento de licitar e contratar; ou
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

10.1.1 Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, quando for o caso, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.1.2 A falha na execução do contrato, para fins de aplicação do quanto previsto no item 10.1, estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 3 abaixo, respeitada a graduação de infrações conforme a Tabela 1 deste item, e alcançar o total de 100 (cem) pontos, cumulativamente.

Tabela 1

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

10.1.2.1 Os pontos serão computados a partir da aplicação da penalidade, com prazo de depuração de 3 (meses) meses.

10.1.2.2 Sendo a infração objeto de recurso administrativo, os pontos correspondentes ficarão suspensos até o seu julgamento e, sendo mantida a penalidade, serão computados, observado o prazo de 3 (três) meses, a contar da data da aplicação da penalidade.

10.2 A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades pecuniárias:

10.2.1 Multa 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato por dia de atraso no início da prestação de serviços, até o máximo de 10 (dez) dias.

10.2.1.1 No caso de atraso por período superior a 10 (dez) dias, poderá ser promovida, a critério exclusivo da contratante, a rescisão contratual, por culpa da contratada, aplicando-se a pena de multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com o município de São Paulo, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

10.2.2 Multa por inexecução parcial do contrato: 20% (vinte por cento), sobre o valor mensal da parcela não executada, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com o município de São Paulo, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

10.2.3 Multa por inexecução total do contrato: 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com o município de São Paulo, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

10.2.4 Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% do valor mensal do contrato
2	0,4% do valor mensal do contrato
3	0,8% do valor mensal do contrato
4	1,6% do valor mensal do contrato
5	3,2% do valor mensal do contrato
6	4,0% do valor mensal do contrato

Tabela 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado e por dia
2	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	6	Por dia e por tarefa designada
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que	6	Por ocorrência

	cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais.		
--	---	--	--

Para os itens a seguir, deixar de:

5	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
6	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
7	Efetuar o pagamento de salário, vale-transporte, vale-refeição, seguro, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	6	Por mês
8	Efetuar os recolhimentos das contribuições sociais da Previdência Social ou do FGTS.	6	Por mês
9	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	2	Por ocorrência e por dia
10	Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade local da prestação dos serviços ou em outro definido pela Administração.	1	Por ocorrência e por dia
11	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida na cláusula referente às condições de pagamento.	1	Por ocorrência e por dia

12	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia
13	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los.	2	Por empregado e por ocorrência
14	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos	1	Por item e por

	não previstos nesta tabela de multas		ocorrência
15	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	2	Por item e por ocorrência
16	Substituir os equipamentos que apresentarem defeitos e/ou apresentarem rendimento insatisfatório em até 48 horas, contadas da comunicação da contratante.	2	Por dia
17	Providenciar a manutenção para solução de problema que acarrete suspensão de disponibilidade ou de operacionalidade na execução contratual.	4	Por ocorrência

10.2.4.1 A Contratante, por conveniência e oportunidade, poderá converter a multa pecuniária, não superior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), em advertência, uma única vez a cada 6 (seis) meses, a contar da data da conversão da aplicação da penalidade, mantendo-se o cômputo de pontos.

10.2.5 Se, por qualquer meio, independentemente da existência de ação judicial, chegar ao conhecimento do gestor do contrato uma situação de inadimplemento com relação às obrigações trabalhistas, tais como salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, entre outros, previstos em lei ou instrumento normativo da categoria e constantes na planilha de composição de custo, caberá a autoridade apurá-la e, se o caso, garantido o contraditório, aplicar à contratada multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor da parcela não executada, pelo descumprimento de obrigação contratual e, persistindo a situação, o contrato será rescindido.

10.2.5.1 A aplicação da multa não ilide a aplicação das demais sanções previstas no item 10.1, independentemente da ocorrência de prejuízo decorrente da descontinuidade da prestação de serviço imposto à Administração.

10.2.6 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

10.2.6.1 Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, quando exigida.

10.2.7 Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial.

10.2.8 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

10.2.9 Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.

10.3 Caso haja rescisão, a mesma atrai os efeitos previstos no artigo 139, incisos I e IV,

da Lei Federal nº 14.133/21.

- 10.4** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados.
- 10.5.1** No ato do oferecimento de recurso deverá ser recolhido o preço público devido, nos termos do que dispõe o artigo 17 do Decreto nº 51.714/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA GARANTIA

- 11.1** Para execução deste contrato, apresentou-se documento comprobatório da garantia sob o nº no valor de R\$, correspondente ao importe de... do valor total do contrato, sob a modalidade . . . , nos termos do artigo 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21, observado o quanto disposto na Portaria SF nº 76/2019.
- 11.1.1** Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a contratada será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida.
- 11.1.1.1** O não cumprimento do disposto na cláusula supra, ensejará aplicação da penalidade estabelecida na cláusula 10.2.1 deste contrato.
- 11.1.2** A garantia exigida pela Administração poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, inclusive nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM, e/ou de multas aplicadas à empresa contratada.
- 11.1.3** A garantia contratual será devolvida após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento da Contratada, que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, condicionante de sua liberação, nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM.
- 11.1.4** A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no artigo 96, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
- 11.2** A validade da garantia prestada, em seguro-garantia ou fiança bancária, deverá ter validade mínima de 270 (duzentos e setenta) dias, além do prazo estimado para encerramento do contrato, por força da Orientação Normativa nº 2/2012 da PGM.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1** Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

- 12.2** Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente contrato, serão dirigidos aos seguintes endereços:

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

- 12.3** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.
- 12.4** Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.
- 12.5** A Administração reserva-se o direito de executar através de outras contratadas, nos mesmos locais, serviços distintos dos abrangidos na presente contratação.
- 12.6** A Contratada deverá comunicar a Contratante toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 12.7** No ato da assinatura deste instrumento foram apresentados todos os documentos exigidos pelo item 12.4 do edital.
- 12.8** Ficam fazendo parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o edital da licitação que deu origem à contratação, com seus Anexos, Proposta da contratada e a ata da sessão pública da Concorrência nº XXX/SUB-IP/2025 sob documento SEI nº _____ e _____ do processo administrativo nº
- 12.9** O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e rescisão obedecerão a o Decreto Municipal n.º 62.100/22, Lei Federal n.º 14.133/21 e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução dos serviços e especialmente aos casos omissos.
- 12.10** Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO FORO

- 13.1** Fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

E para firmeza e validade de tudo quanto ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo de contrato, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado e rubricado pelas partes contratantes e duas testemunhas presentes ao ato.

São Paulo, dd de mmm de aaaa.

Prefeitura do Município de São Paulo CONTRATANTE

CONTRATADA

Nome:

RG:

Cargo:

TESTEMUNHAS:

- 1.
- 2.

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90004/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002081-7

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SUBPREFEITURA IPIRANGA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS MARQUES E SERRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO EDITAL.

ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A empresa _____, estabelecida na _____,
telefone: _____, e-mail: _____, inscrita no CNPJ sob o
nº _____, **propõe a execução dos serviços e obras, objeto da licitação em epígrafe,**
pelo preço total abaixo de:

- a. Valor total de custos básicos: R\$ _____ (POR EXTENSO)
- b. Valor total do BDI: R\$ R\$ _____ (POR EXTENSO)
- c. Valor total: R\$ R\$ _____ (POR EXTENSO)

2. Data Base: SIURB Jan/2026

3. Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.

4. Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todos os itens e condições do EDITAL e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 62.100/2022 e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

5. Declara, sob as penas da lei, que tem condições de prestar o serviço licitado, nos exatos termos da especificação contida no Termo de Referência e Memorial Descritivo deste Edital, independentemente de demais compromissos porventura anteriormente firmados, inclusive no que tange à disponibilização de mão de obra.

6. Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de realização da sessão de abertura da licitação.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 202__.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90004/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002081-7

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SUBPREFEITURA IPIRANGA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS MARQUES E SERRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO EDITAL.

ANEXO III – A PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Acesso: https://drive.google.com/file/d/1BONTppc5z-CvE8EtuYlULfjQt1W0veSS/view?usp=drive_link

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90004/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002081-7

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SUBPREFEITURA IPIRANGA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS MARQUES E SERRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO EDITAL.

ANEXO III – B DEMONSTRAÇÃO DE COMPOSIÇÃO DE BDI
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

BDI - SEM DESONERAÇÃO			
PROJETOS			
ESCRITÓRIO CENTRAL	12,72%	1,1272
LUCRO BRUTO	8,00%	1,2173
IMPOSTOS:			
COFINS	3,00%		
PIS	0,65%		
ISS	5,00%	1,3326
BDI – ESTRUTUTA	33,20%		


CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90004/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002081-7

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SUBPREFEITURA IPIRANGA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS MARQUES E SERRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO EDITAL.

ANEXO IV – CRONOGRAMA



PREFEITURA DE

SÃO PAULO

SUBPREFEITURA

IPIRANGA

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

OBJETO :

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO, INSTALAÇÃO DE GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO.

LOCAL:

R. Francisco Pestana, 10 - Jardim Maria Estela, São Paulo - SP, 04176-130

CRONOGRAMA

	DESCRIÇÃO	CUSTO PMSP		PRAZO 150 DIAS											
		VALOR TOTAL		MÊS 1		MÊS 2		MÊS 3		MÊS 4					
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 70.012,24	50%	R\$ 35.006,12	40%	R\$ 28.004,90	10%	R\$ 7.001,22	0%	R\$ -	0%	R\$ -			
2	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS	R\$ 266.236,83	50%	R\$ 133.118,42	50%	R\$ 133.118,42	0%	R\$ -	0%	R\$ -	0%	R\$ -			
3	CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO E INSTALAÇÃO DE GRADIS	R\$ 873.010,99	10%	R\$ 87.301,10	40%	R\$ 349.204,40	40%	R\$ 349.204,40	10%	R\$ 87.301,10					
4	PISO DE CONCRETO LATERAL	R\$ 26.997,45	0%	R\$ -	30%	R\$ 8.099,24	30%	R\$ 8.099,24	40%	R\$ 10.798,98					
5	PLAYGROUND E MOBILIÁRIOS BOSQUE	R\$ 95.783,52	0%	R\$ -	20%	R\$ 19.156,70	40%	R\$ 38.313,41	40%	R\$ 38.313,41					
6	PAISAGISMO	R\$ 153.613,46	0%	R\$ -	0%	R\$ -	20%	R\$ 30.722,69	80%	R\$ 122.890,77					
7	SERVIÇOS TÉCNICOS	R\$ 145.957,36	25%	R\$ 36.489,34	25%	R\$ 36.489,34	25%	R\$ 36.489,34	25%	R\$ 36.489,34					
SUBTOTAL		R\$ 1.631.611,85		R\$ 291.914,97		R\$ 574.072,99		R\$ 469.830,30		R\$ 295.793,60					
BDI		R\$ 376.902,33		R\$ 67.432,35		R\$ 132.610,85		R\$ 108.530,79		R\$ 68.328,32					
TOTAL		R\$ 2.008.514,18		R\$ 359.347,32		R\$ 706.683,84		R\$ 578.361,09		R\$ 364.121,92					

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90004/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002081-7

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SUBPREFEITURA IPIRANGA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS MARQUES E SERRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO EDITAL.

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A empresa (razão social da licitante) _____ sediada no (endereço completo, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade R.G. nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA** sob as penas da lei que atende o disposto no artigo 14, da Lei Federal nº 14.133/2021 e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2026.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90004/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002081-7

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SUBPREFEITURA IPIRANGA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS MARQUES E SERRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO EDITAL.

ANEXO VI – CARTA DE CREDENCIAMENTO

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A empresa (razão social da licitante) _____ sediada no (endereço completo) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade R.G. nº _____ e do CPF nº _____, CREDENCIA o(a) Sr.(a) R.G. nº _____, maior de 18 anos de idade, brasileiro, domiciliado na (endereço completo), para representá-la na licitação em referência, promovida pela SUBPREFEITURA IPIRANGA, podendo para tanto oferecer lances, interpor e desistir de recursos, tomar ciência e receber notificações, transacionar, assinar ou declinar de assinar, atos e documentos.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2026.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90004/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002081-7

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SUBPREFEITURA IPIRANGA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS MARQUES E SERRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO EDITAL.

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE VISTORIA
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Eu, [nome completo do responsável técnico], na qualidade de responsável técnico, **DECLARO**, para os devidos fins de direito e sob as penas da lei, que realizei a visita e vistoria do local de execução dos serviços, com o objetivo de obter pleno conhecimento das condições necessárias à execução dos serviços, incluindo suas dimensões físicas e os riscos envolvidos. Assim, declaro estar ciente de todas as condições do local e, portanto, não podendo alegar qualquer desconhecimento para fins de formulação da proposta ou cumprimento do contrato.

Acompanha esta Declaração:

- 1) RELATÓRIO FOTOGRÁFICO emitido conforme disposto nos itens 7 do Edital;
- 2) Cópia validada autenticada do Registro do profissional técnico junto ao CREA (Engenheiro Civil) ou CAU (Arquiteto).

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2026.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90004/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002081-7

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SUBPREFEITURA IPIRANGA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS MARQUES E SERRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO EDITAL.

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO AUSÊNCIA DE VISTORIA
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Eu, [nome completo do responsável técnico], na qualidade de responsável técnico, **DECLARO** para os devidos fins de direito e sob as penas da lei, que **optamos pela não realização da vistoria técnica** referente ao objeto da licitação mencionada no Edital em epígrafe e que estamos ciente de que, por essa razão, não serão aceitas alegações de desconhecimento das condições de trabalho, de acesso ou do escopo contratual, durante a execução dos serviços, como justificativa para qualquer solicitação ou eventualidade.

Declaro, ainda, sob as penas da lei, que tenho pleno conhecimento do(s) local(is), das condições de acesso e do escopo da licitação, objeto do referido Edital.,

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2026.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: XX/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002081-7

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SUBPREFEITURA IPIRANGA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS MARQUES E SERRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO EDITAL.

ANEXO IX– DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS COM A FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não está inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo, bem assim que não possui débitos para com a Fazenda deste Município.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2026.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90004/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002081-7

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SUBPREFEITURA IPIRANGA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS MARQUES E SERRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO EDITAL.

ANEXO X– DECLARAÇÃO GERAL
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A empresa _____, inscrita no
C.N.P.J. nº _____, com sede na _____,
no _____ Bairro _____ Cidade _____ - UF _____, por intermédio de seu
representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da
Carteira de Identidade nº _____ e do CPF no _____

DECLARA:

1. para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz
2. que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
3. que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.
4. que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
5. que estão cientes das normativas previstas no art. 45 da Lei nº 14.133/2021.
6. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
7. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.
8. na composição societária não existe participação de dirigente e/ou empregados da entidade promotora da licitação.
9. os profissionais vinculados a ela não participaram e não possuem responsabilidade pela elaboração dos projetos;
10. que dispor, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual.
11. Declaração que atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2026.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90004/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002081-7

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SUBPREFEITURA IPIRANGA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS MARQUES E SERRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO EDITAL.

ANEXO XI – CRITÉRIOS DE ANÁLISE ECONÔMICA - FINANCEIRA
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Índice de Liquidez Geral (LG):	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável à Longo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$	≥ 1
Índice de Liquidez Corrente (LC):	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	≥ 1
Índice de Solvência Geral (ISG):	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$	≥ 1

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2026.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

(nome completo, CRC do contador)

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90004/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002081-7

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SUBPREFEITURA IPIRANGA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS MARQUES E SERRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO EDITAL.

ANEXO XII – DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A empresa _____, inscrita no C.N.P.J. nº _____, com sede na _____, no _____ Bairro _____ Cidade _____ - UF _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, neste ato RELACIONA os técnicos que ficarão vinculados a execução do objeto em questão, bem como, informa estar ciente de que, em caso de necessidade de substituição de referidos profissionais, estará obrigada a substituí-los por profissionais de experiência equivalente ou superior, nos termos do § 6º do artigo 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

NOME	MODALIDADE	CREA e/ou número de inscrição no Conselho competente

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2026.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90004/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002081-7

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SUBPREFEITURA IPIRANGA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS MARQUES E SERRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO EDITAL.

**ANEXO XIII –DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE AMBIENTAL,
CONFORME DECRETO 50.977/09
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

Em conformidade com o disposto no artigo 5º do Decreto no 50.977, de 6 de novembro de 2009, que estabelece procedimentos de controle ambiental para a utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa nas contratações de obras e serviços de engenharia e nas compras públicas realizadas pela Administração Pública Municipal Direta e Indireta, bem como institui a exigência de cadastramento no CADMADEIRA, criado pelo Decreto Estadual nº 53.047, de 2 de junho de 2008: Eu, _____, RG _____, legalmente nomeado representante da empresa _____, CNPJ _____, e vencedor do procedimento licitatório nº xx/SUB-IP/2025, na modalidade CONCORRÊNCIA, declaro, sob as penas da lei, que, para a execução da (s) obra(s) e serviço(s) de engenharia objeto da referida licitação, somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa que tenha procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovados por órgão ambiental competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, com comprovantes da legalidade da madeira, tais como: Documentos de Origem Florestal, Guias Florestais ou outros eventualmente criados para o controle de produtos e subprodutos florestais, bem como comprovante de inscrição no CADMADEIRA – Cadastro Estadual das Pessoas Jurídicas que comercializam, no Estado de São Paulo, produtos e subprodutos de origem nativa da flora brasileira, instituído pelo Decreto Estadual nº 53.047, de 2 de junho de 2008, ficando sujeito às penalidades administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e no inciso V do § 8º do artigo 72 da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, sem prejuízo das sanções penais previstas em lei.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2026.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90004/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002081-7

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SUBPREFEITURA IPIRANGA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS MARQUES E SERRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO EDITAL.

**ANEXO XIV – DECLARAÇÃO DO COMPROMISSO DE FORNECIMENTO OU DE UTILIZAÇÃO DE
PRODUTOS DE EMPREENDIMENTOS MINERÁRIOS, CONFORME DECRETO 48.184/07
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

Em conformidade com o disposto no artigo 5º do Decreto nº 48.184, de 13 de Março de 2.007, que estabelece procedimentos de controle ambiental para a aquisição de produtos de empreendimentos minerários e sua utilização em obras e serviços de engenharia contratados pelo Município de São Paulo: Eu, _____, portador do RG nº _____, CPF nº _____, legalmente nomeado representante legal da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, n.º _____, Bairro _____, CEP _____, Município de _____, Estado _____, telefone: (____) _____ - _____ vencedora do procedimento licitatório acima identificado, declaro por ela, sob as penas da lei, que para a execução da(s) obra(s) e serviço(s) de engenharia objeto da referida licitação, somente serão fornecidos e/ou utilizados produtos de empreendimentos minerários devidamente licenciados, por órgão ambiental competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente -SISNAMA, ficando sujeito às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e no inciso V do § 8º do artigo 72 da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, sem prejuízo das implicações de ordem criminal estabelecidas em lei.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2026.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90004/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002081-7

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SUBPREFEITURA IPIRANGA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS MARQUES E SERRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO EDITAL.

ANEXO XV – DECLARAÇÃO DE CONTRATAÇÃO FUTURA
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____

DECLARA para fins de prova da qualificação técnica-profissional no âmbito da presente licitação, que o profissional abaixo relacionado integrará _____ a equipe técnica desta empresa, sendo contratado para a prestação de serviços de _____.

NOME DO PROFISSIONAL	VÍNCULO PROFISSIONAL

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2026.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

Eu, (profissional a ser contratado), registrado no CREA sob nº _____, **DECLARO** estar de pleno acordo com a contratação relacionada neste documento e que executarei todos os serviços estritamente conforme o estipulado no edital da presente licitação e seus anexos, bem como me responsabilizo pela execução dos serviços e em assinar o respectivo livro de ordem e mantê-lo em conformidade às normas do Conselho ao qual estou submetido.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2026.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº: 90004/SUB-IP/2026

PROCESSO SEI Nº: 6039.2026/0002081-7

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SUBPREFEITURA IPIRANGA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MURO E ARRIMO, GRADIL E PASSEIO DE CONCRETO ARMADO NA EMEI MARCOS MARQUES E SERRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO EDITAL.

ANEXO XVI – MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A empresa _____, com sede na _____, nº _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº _____, **DECLARA**, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de _____ (microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa), não havendo fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento, **DECLARANDO AINDA:**

1) que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Decreto Municipal nº 56.475/2015, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus artigos 42 a 49;

2) que observou e atende plenamente aos requisitos previstos nos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21, quando limita a obtenção dos benefícios às empresas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2026.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)